



Dissertação

Mestrado em Controlo de Gestão

***Relatórios de Sustentabilidade em Portugal e
Espanha: sua publicação e auditoria***

Stacy Rodrigues

Leiria, março de 2019



Dissertação

Mestrado em Controlo de Gestão

***Relatórios de Sustentabilidade em Portugal e
Espanha: sua publicação e auditoria***

Stacy Rodrigues

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Doutora Teresa Cristina Pereira Eugénio, Professora Adjunta da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria.

Leiria, março de 2019

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Agradecimentos

O desenvolvimento da presente dissertação foi sem dúvida um desafio individual ao qual me propus, contudo não seria possível a sua realização sem o apoio e contributo de diversas pessoas que ao longo deste percurso me apoiaram.

Expresso um sincero agradecimento primeiro aos meus pais, pela oportunidade, motivação e carinho que me concederam ao longo da elaboração do projeto de investigação.

À minha orientadora Prof. Doutora Teresa Eugénio, pelo seu apoio, incentivo, escolha do tema e pelos conhecimentos que me transmitiu durante todo este período de investigação.

Finalmente, agradecer também a toda a minha família e amigos que direta ou indiretamente me apoiaram e incentivaram à entrega da dissertação.

A todos,
O meu muito obrigada.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Resumo

O presente trabalho de investigação parte do conceito de sustentabilidade e da sua relevância nas organizações. Este conceito é atualmente influenciado pelos novos desafios e estratégias de comportamento com vista a assegurar um melhor desempenho e resposta das empresas aos seus *stakeholders*.

Na sequência desta preocupação por parte das organizações surge a necessidade de uma maior transparência da sua gestão nos mercados. Uma das formas neste estudo analisada é a elaboração e a publicação de relatórios de sustentabilidade. Os relatórios de sustentabilidade são uma ferramenta que as organizações adotam para publicarem e expor o seu desempenho económico, social e ambiental.

Este estudo de carácter exploratório apresenta dois ensaios. O primeiro ensaio caracteriza um conjunto de 273 organizações espanholas e portuguesas que publicam relatórios de sustentabilidade com base na recolha de dados disponibilizados pelo GRI para um período de 2015, 2016 e 2017, e serve como base de trabalho ao 2º ensaio. No segundo ensaio, analisaram-se apenas as organizações que recorreram à verificação externa dos relatórios de sustentabilidade. São apresentados alguns fatores que condicionam a qualidade da auditoria nos relatórios de sustentabilidade através do desenvolvimento de um modelo estatístico.

Os resultados indicam que as organizações reconhecem as preocupações ambientais e sociais na definição da sua estratégia para com os *stakeholders* e a necessidade de praticar um desenvolvimento sustentável. Do nosso universo é perceptível que existe relação do setor praticado e que as empresas privadas e de grande dimensão são as que mais publicam relatórios de sustentabilidade. E ainda que, variáveis como empresa de auditoria ser Big4, dimensão da organização e setor de atividade são determinantes para a organização recorrer à verificação externa dos seus relatórios de sustentabilidade e garantir a qualidade na informação publicada.

Palavras-chave: Auditoria, GRI, Relatório de Sustentabilidade, Publicação, Portugal, Espanha.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Abstract

This master thesis is based on the concept of sustainability and its nowadays relevance in organizations, influenced by new challenges and strategies behaviours in order to ensure a better performance and response to its stakeholders.

Following these concerns from the organizations arises the need for a greater transparency of its markets management. One of the ways analysed in this study is the adoption and publication of sustainability reports. Sustainability reports are a communication mechanism that organizations adopt to publish and expose their economic, social and environmental performance.

The paper aims to analyse two essays. The first essay characterizes a set of 273 Spanish and Portuguese organizations that publish sustainability reports based on data collection available by GRI for a period of 2015, 2016 and 2017, and serves as a basis for the second essay. In the second essay, the sample is reduced to the organizations that use external verification of sustainability reports, and some factors that conditioned the audit quality of sustainability reports that are presented through the development of a statistical model.

The results indicate that organizations recognize environmental and social concerns on the definition of their stakeholder strategy and the need to practice sustainable development. From our universe, it is noticeable that there is an influence of the sector of the organization and that private and large companies are the ones that publish the most sustainability reports. Moreover, variables such as audit firm Big4, size of organization and sector are decisive for the organization to use the external verification of sustainability reports and ensure quality on the information published.

Keywords: *Assurance*, GRI, Sustainability Reporting, Reporting, Portugal, Spain.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Lista de figuras

Figura 1 - Crescimento na auditoria de informação dos relatórios de sustentabilidade	15
Figura 2 - Categorias das normas GRI	20
Figura 3 - Utilização de GRI Guidelines vs GRI Standards.....	21
Figura 4 - Caracterização da amostra inicial	29
Figura 5 - Caracterização da amostra do Ensaio 2	37

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Lista de tabelas

Tabela 1 - Comparação das normas de <i>assurance</i> internacional	24
Tabela 2 - Tabela de frequências do universo inicial.....	41
Tabela 3 - Relatórios por tipo de empresa.....	45
Tabela 4 - Tabela de frequências da amostra do Ensaio 2	52
Tabela 5 - Tabela cruzada empresa de auditoria vs verificação externa.....	54
Tabela 6 - Teste QI Quadrado empresa auditora ser Big4 vs verificação externa	54
Tabela 7 - Tabela cruzada dimensão vs verificação externa.....	56
Tabela 8 - Teste QI Quadrado dimensão da organização vs verificação externa	56
Tabela 9 - Tabela cruzada setor de atividade vs verificação externa.....	59
Tabela 10 - Teste QI Quadrado setor de atividade vs verificação externa.....	59

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução da verificação de Relatórios de Sustentabilidade por ano e região..	10
Gráfico 2 - Benefícios identificados pela publicação de relatórios de sustentabilidade para as organizações	11
Gráfico 3 - Motivações para relatar por dimensão da empresa	12
Gráfico 4 - Total de relatórios publicados anualmente vs último ano de publicação	42
Gráfico 5 - Relatórios publicados por setor de atividade	44
Gráfico 6 - Relatórios publicados por dimensão da empresa Espanhola e Portuguesa	46
Gráfico 7 - Elaboração dos relatórios de sustentabilidade segundo as diretrizes do GRI..	48
Gráfico 8 - Relatórios que recorrem à verificação externa.....	49
Gráfico 9 - Normativos de Auditoria.....	50

Lista de siglas

AA - *AccountAbility*

AENOR - Associação Espanhola de Normalização e Certificação

BIG4 - 4 maiores empresas de auditoria, PricewaterhouseCoopers, Deloitte, KPMG e Ernst & Young

CERES - *Coalition for Environmentally Responsible Economies*

CSR - *Corporate Social Responsibility*

GRI - *Global Reporting Initiative*

IAASB - *International Auditing and Assurance Standards Board*

ISAE - *International Standard on Assurance Engagement*

MNEs ou EM - Empresas multinacionais

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG - Organizações não governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PMEs - Pequenas e médias empresas

ROC – Revisor Oficial de Contas

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Índice

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	V
ABSTRACT	VII
LISTA DE FIGURAS	IX
LISTA DE TABELAS	XI
LISTA DE GRÁFICOS	XIII
LISTA DE SIGLAS	XIV
ÍNDICE	XVI
1. INTRODUÇÃO	1
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
2.1. Inclusão da sustentabilidade nas organizações	5
2.2. Relatórios de Sustentabilidade	8
2.3. Verificação aos Relatórios de Sustentabilidade	13
2.4. Normativos de auditoria aplicados aos Relatórios de Sustentabilidade	16
2.4.1. Papel do GRI na auditoria aos Relatórios de sustentabilidade	17
2.4.2. <i>Assurance</i> aos Relatórios de Sustentabilidade	22
3. DESENHO DA INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES	26
3.1. Ensaio 1	28
3.1.1. Objetivos	28

3.1.2.	Metodologia	28
3.1.2.1.	Amostra	28
3.1.2.2.	Recolha de dados	30
3.1.2.3.	Tratamento de dados	32
3.2.	Ensaio 2	33
3.2.1.	Formulação de Hipóteses	33
3.2.2.	Metodologia	36
3.2.2.1.	Amostra	36
3.2.2.2.	Recolha de dados	37
3.2.2.3.	Tratamento de dados	38
4.	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	40
4.1.	Ensaio 1 – Caracterização das empresas portuguesas e espanholas que publicam Relatórios de Sustentabilidade	40
4.2.	Ensaio 2 – Fatores que condicionam a qualidade de auditoria nos Relatórios de Sustentabilidade	51
5.	CONCLUSÃO	61
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
7.	WEBGRAFIA	70
8.	ANEXOS	73
8.1.	Profile do GRI	73
8.2.	Caracterização da dimensão da empresa, tipo de empresa, diretiva do GRI aplicada no relatório	73
8.3.	Classificação das atividades industriais	77
8.4.	Base de dados (Ensaio 1)	78

1. Introdução

“Em termos gerais podemos afirmar que todo e qualquer tipo de informação deve ser credível de forma a que as pessoas a quem a mesma se destina possam dela retirar conclusões idóneas”. (Costa, 2011)

Com a atual competitividade entre organizações e mercados, consequência da globalização, é hoje exigido às organizações uma atuação mais feroz e complexa face aos tempos passados. Pois recuando ao passado, o êxito destas dependia essencialmente da experiência da instituição e do espírito de iniciativa, onde a informação financeira obtida pelos gestores era simples e não necessitava de qualquer apreciação.

Esta exigência hoje, apreciada leva à necessidade de implementar mecanismos e regulamentos de apresentação de informação, bem como de conhecimentos sólidos e submissão de novas técnicas, novos métodos e novos saberes. A correta efetivação de mecanismos é assim imposta através de normas e regulamentos gerais, seguindo avaliações críticas e imparciais da qualidade da informação apresentada, com o objetivo de gerar valor para as suas estruturas empresariais.

O tema sustentabilidade e a sua comunicação ganharam ênfase em 1987 quando foi publicado o relatório Brundtland ou documento *“Our common future”* elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU), chefiado pela Gro Harlem Brundtland. Na sua essência este documento (1987) propõe que o desenvolvimento sustentável satisfaça as necessidades presentes, sem comprometer, a capacidade das gerações futuras suprirem as suas próprias necessidades.

Conforme referido por Lemos, (2007), as empresas, sendo a principal fonte de poluição, já compreenderam que a opinião pública está disposta a penalizá-las ou a premiá-las em virtude do seu desenvolvimento ambiental. Por outro lado, as restrições crescentes impostas pela legislação, por motivos de ordem concorrencial, e o desenvolvimento de políticas económicas que promovam o desenvolvimento sustentado, apontam para o mesmo caminho. Bonini *et al.*, (2010) descobriram através de uma pesquisa a 1946 executivos pertencentes a uma ampla gama de indústrias e regiões, que mais de 50% consideram a sustentabilidade “muito” ou “extremamente” importante para as práticas da empresa.

O conceito de desenvolvimento sustentável leva a que o sucesso das empresas dependa de uma gestão através da diferenciação e criação de valor para atingir um maior grau de transparência e responsabilidade social. É fundamental existir equilíbrio entre os três grandes pilares: sustentabilidade económica (eficiência), sustentabilidade social (equidade) e sustentabilidade ambiental (conservação), para assim garantir a maximização da utilização dos recursos.

Neste contexto, a elaboração de relatórios de sustentabilidade procura compilar um conjunto de informação com vista a identificar, avaliar, divulgar e prestar contas sobre as ações das organizações com vista ao desenvolvimento sustentável. Segundo Junior *et al.*, (2013) é um instrumento fundamental entre as organizações e o seus stakeholders focado no desenvolvimento ambiental e na performance social. Bem como é uma forma das entidades relatarem como desenvolvem a sua atividade e quais as suas práticas de sustentabilidade. Com efeito, estes documentos são, muitas vezes, elaborados com o objetivo de influenciar o modo como os outros vêem a entidade, ou seja, com a finalidade de criar uma “boa imagem” dessa entidade (Bogo, 2014).

Por conseguinte é necessário encontrar um equilíbrio entre a expectativa das partes interessadas e a necessidade da informação publicada para fazer face ao impacto deste tipo de relato e necessidade de credibilidade, de modo a oferecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho da organização.

Uma prática adotada pelas organizações é a *assurance*¹ aos Relatórios de Sustentabilidade, que tem como objetivo examinar se estes transmitem de forma transparente os valores e princípios corporativos, as práticas de gestão e desempenho da empresa. Apesar da verificação ser voluntária, esta prática tem sido crescente a nível mundial e a nível nacional, consequência do aumento das exigências das partes interessadas ao nível do desempenho sustentável.

Segundo um estudo da KPMG, (2011), Portugal está colocado no “*leading the pack quadrant*”, com outros países europeus que realizam relatórios de sustentabilidade à mais de uma década. De acordo com García-Benau *et al.*, (2012) Portugal está entre os poucos países europeus em que mais de metade dos relatórios de sustentabilidade enviados pelas empresas

¹ Para o caso de verificação de relatórios de sustentabilidade utiliza-se com frequência o termo auditoria, verificação ou *assurance*, para simplificação, neste estudo optou-se pela utilização dos três termos com o mesmo significado.

para o *Global Reporting Initiative* (GRI) são verificados, juntamente com Espanha que lidera, Irlanda, Áustria, entre outros.

A publicação e verificação dos Relatórios de Sustentabilidade é recente nas organizações, mas tem sido crescente. As empresas assumem um maior compromisso para com os stakeholders e uma posição de diferenciação para com a concorrência, e reconhecem a necessidade da sua correta formalização: que informação utilizar, indicadores a seguir, procedimentos, entre outros fatores.

Surge a necessidade de adotar normas de verificação, sendo que as mais utilizadas para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade, segundo KPMG, (2013) e que as organizações utilizam como referência são as diretrizes do GRI. Nomeadamente mais de 90% o fazem, empresas de países como Coreia do Sul, África do Sul, Portugal, Chile, Brasil e Suécia.

Dada a carência de artigos científicos focados na península ibérica, considerou-se pertinente a escolha dos países (Portugal e Espanha) como variável de estudo. Um outro fator explicativo da sua escolha, foi pelo fato de estes dois países apresentarem uma forte presença na elaboração de relatórios de sustentabilidade e onde mais de 50% deles são verificados conforme analisado em diversos estudos (KPMG, 2011; Branco *et al.*, 2014; KPMG, 2017). Na decorrente dissertação serão apresentados um conjunto de temas já conhecidos, no entanto, esta investigação pretende diferenciar o estudo pela análise atual e pelas organizações estudadas (examinadas para um período de tempo).

Foram definidos 2 ensaios de estudo, em que o primeiro tem como objetivo caracterizar as empresas portuguesas e espanholas registadas no GRI que publicam Relatórios de Sustentabilidade para o período de 2015 a 2017. Nesta caracterização pretende-se determinar individualmente para cada organização qual o setor de atividade que mais procura esta prática de elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade; tipo de organização e a sua dimensão; tipo de organização e auditor; quais as diretrizes do GRI aplicadas tendo como base o modelo de divulgação de sustentabilidade empresarial proposto pelo *Global Reporting Initiative* (GRI); e quais as normas de *assurance* aplicadas.

Esta dissertação pretende ser um contributo para a investigação ao tema de publicação e verificação dos relatórios de sustentabilidade nas organizações portuguesas e espanholas e, em consequência demonstrar fatores subjacentes à sua elaboração e verificação.

O segundo ensaio pretende analisar os fatores que condicionam a qualidade de auditoria nos Relatórios de Sustentabilidade, através da análise de algumas variáveis como: tipo de empresa auditora, setor de atividade praticado na organização, dimensão da organização.

Posto isto, no ensaio 1 optou-se por criar e completar uma base de dados através do Software Microsoft Office Excel 2016 com informação de relato sustentável divulgada pelas organizações que constituem a amostra, recolhida individualmente para cada organização do total das 273 organizações. No seguimento do Ensaio 1 e da base de dados contruída através dos dados disponibilizados pelo GRI, é esperado no Ensaio 2 uma redução do universo inicial, ou seja, redução no nº de organizações presentes na amostra- apenas organizações que recorrem à verificação externa dos Relatórios de Sustentabilidade- para posterior análise de um modelo estatístico.

Complementarmente, como forma de apoio a esta investigação tencionou-se procurar diversos estudos relacionados com o tema, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre esta área de investigação.

Posteriormente ao presente capítulo, esta dissertação contém mais cinco capítulos. No segundo é apresentado o enquadramento teórico do tema, como a inclusão da sustentabilidade nas organizações a nível internacional e nacional, relatórios de sustentabilidade e evolução da sua publicação nas organizações. E ainda, as normas de *assurance* e verificação de relatórios de sustentabilidade.

No terceiro capítulo, apresenta-se o desenho da investigação para os dois ensaios definidos. Desde os objetivos e formulação de hipóteses de investigação, metodologia, amostra e recolha e tratamento de dados. No quarto capítulo serão apresentados e discutidos os resultados, com base nos dois ensaios realizados.

Por fim, no quinto e último capítulo, é apresentada a conclusão e possíveis limitações suscitadas na realização do projeto de investigação, assim como pistas para trabalhos futuros.

2. Enquadramento Teórico

2.1. Inclusão da sustentabilidade nas organizações

Nos séculos XVIII e XIX os temas da sustentabilidade começaram a ser referenciados e discutidos por alguns economistas. Segundo Santos *et al.*, (2008) Malthus, Mill e Ricardo, são referidos como os primeiros autores a identificar a importância dos recursos naturais para o desenvolvimento económico. A atenção destes autores focava-se na escassez de comida e na capacidade dos recursos naturais, através da terra, serem capazes de gerar e satisfazer as necessidades da população.

Na sequência de um mesmo estudo elaborado pela Santos, *et al.*, no ano 2008, é observado a importância e relevância desse tema aos dias de hoje. Foi nos anos 70 devido ao choque do petróleo e consequente aumento dos preços dos bens que começou a aparecer um *trade-off* entre ambiente e crescimento económico. É assim realizada em 1972 a primeira grande reunião de chefes de estado designada pela tão conhecida Conferência das Organizações das Nações Unidas, onde foi fortemente debatida um conjunto de princípios para a proteção ambiental e desenvolvimento, bem como um leque de recomendações para a sua implementação, ou também conhecida como Conferência de Estocolmo, com o fim de tratar das questões relacionadas à degradação do meio ambiente.²

Esta primeira conferência representou um marco histórico para a definição de prioridades governamentais bem como para a conscientização da sociedade, expondo que o crescimento exagerado e não controlado pode trazer consequências às gerações futuras e assim comprometê-las.

A seguir à declaração de Estocolmo, em 1973 é criada a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento³ com a visão de examinar os problemas críticos ao nível do ambiente e criar propostas para a sua resolução bem como propor novas formas de cooperação internacional. Em 1987 é publicado o conhecido relatório Brundtland

² https://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia_de_Estocolmo#cite_note-2 acessado em Novembro de 2018.

³ World Commission on Environment and Development (WCED) https://pt.wikipedia.org/wiki/Comiss%C3%A3o_Mundial_sobre_Meio_Ambiente_e_Developimento acessado em Novembro de 2018.

definindo o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras e as suas próprias necessidades. Foi publicado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, e é focado na importância e consequências do desenvolvimento sustentável das ações presentes e futuras.

Passados 20 anos após a primeira conferência, em 1992, é organizada a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida com Cimeira do Rio no Rio de Janeiro, com o intuito de conseguir diminuir a degradação ambiental e garantir a existência de outras gerações, baseando-se em duas dimensões essenciais, o desenvolvimento económico e a proteção do ambiente.

O conceito de desenvolvimento sustentável - entendido como o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as necessidades das futuras gerações e suas possibilidades - foi concebido de modo a conciliar as reivindicações dos defensores do desenvolvimento económico como as preocupações de setores interessados na conservação dos ecossistemas e da biodiversidade. Um outro marco importante da conferência foi a conquista da Agenda21, um amplo e abrangente programa de ação, visando a sustentabilidade global no século XXI (Dias, 2009).

Nos anos seguintes o tema volta a tomar uma postura de destaque, mais propriamente em 2000, durante a Cimeira do Milénio, onde cerca de 191 Estados Membros das Nações Unidas adotaram a Declaração do Milénio que fixou 8 objetivos de desenvolvimento específico a serem atingidos até 2015. Estes objetivos, “Objetivos de Desenvolvimento do Milénio10”, visam contrariar a tendência para a degradação das condições de vida e do ambiente a nível global, integrando definitivamente as três dimensões da sustentabilidade.

A Rio+10⁴ ou Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em Joanesburgo em 2002, reafirmou os compromissos discutidos na Agenda21, propondo a maior integração e cooperação das três dimensões do desenvolvimento sustentável - desenvolvimento económico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental através de programas e políticas de cooperação internacional centrados em novas questões sociais, formas de educação, preservação de recursos naturais e participação no planeamento de uma economia sustentável.

⁴ <https://sustainabledevelopment.un.org/milestones/wssd> acedido em Janeiro de 2019.

Em 2012, ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS)⁵ ou Rio+20, também realizada na cidade brasileira do Rio de Janeiro, em que teve como principal objetivo discutir a renovação do compromisso político que continha medidas para a implementação do desenvolvimento sustentável.

Por fim 2015 é marcado pela definição dos 17 novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). É em Nova Iorque na sede da ONU que se confirma a nova agenda de ação até 2030, que se baseia no sucesso e experiências aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, entre 2000 e 2015. *“Esta agenda é fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo que pretende criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos.”*⁶ Como mencionado pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) *“São uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta, e um plano para o sucesso”*.

De referir que, Portugal (2º) e Espanha (7º) estão entre os 10 melhores países onde a maioria das 100 maiores empresas fazem referência nos seus relatórios de sustentabilidade dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) (KPMG, 2017).

A introdução da sustentabilidade na sociedade é apresentada pelo grande trade-off entre as três diferentes dimensões: económica, social e política. O que por sua vez foi pensado quando à posteriori é analisado num universo de uma organização, pois existe a necessidade de criarem ideais e estratégias sociais e ambientais com o propósito de produzir efeitos positivos e de estabelecer um conceito sistémico, acrescentando valor e novas oportunidades para fazer face às novas preocupações à escala global. Segundo Wijen (2014), a sustentabilidade pode ser vista como um “campo opaco” pois as empresas têm de atuar/adotar independentemente do seu total de ativo, nº de empregados, região, estrutura do relato, setor de atividade, empresas privadas ou públicas, com o fim de exibir um desempenho responsável para com a sociedade.

De acordo com Trevisan *et al.*, (2008), a “responsabilidade socio-ambiental deixou de ser uma opção para as organizações, ela é uma questão de visão, estratégia e, muitas vezes, de sobrevivência”. O crescente aumento de leis e regulamentações baseadas em questões sustentáveis, fez com que as organizações adotassem como forma de permanência no

⁵ <https://sustainabledevelopment.un.org/rio20> acedido em Janeiro de 2019.

⁶ <https://www.unric.org/pt/17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel> acedido em Janeiro de 2019.

mercado, abordagens com uma visão sustentável com um papel fundamental na garantia de preservação do meio ambiente e preocupações orientadas para os consumidores, colaboradores, fornecedores.

O desenvolvimento sustentável é assim alcançado e visto como uma oportunidade nas organizações, dada a responsabilidade social que as organizações têm ao lidar com as questões sociais e ambientais e os benefícios que originam influência no público, credibilidades, posição na sociedade, entre outros.

2.2. Relatórios de Sustentabilidade

As organizações podem utilizar diversos meios para comunicar com a sociedade e, dada a importância das questões sociais e ambientais, o relatório de sustentabilidade contribuiu para o fortalecimento dessa comunicação, tendo aumentado a relevância que as empresas atribuem à sua publicação.

Foi na década de 1960 que nos Estados Unidos da América começaram a ser apresentados relatórios com características socio-ambientais e mais tarde, por volta dos anos 70, em países europeus, nomeadamente em França, Alemanha e Inglaterra.

Elaborar relatórios de sustentabilidade é a prática de medir, divulgar e prestar contas para stakeholders. O conceito de stakeholder aplica-se a qualquer pessoa ou grupo que esteja de alguma forma relacionada com o desempenho ou com os objetivos das organizações. O stakeholder pode surgir desde o gestor, credor, acionista, colaborador, comunidade, organizações comunitárias, governo, media, e tantos outros (internos e externos) acerca do desempenho organizacional visando ao desenvolvimento sustentável. “Relatório de sustentabilidade” é um termo amplo considerado sinónimo de outros relatórios cujo objetivo é descrever os impactos económicos, ambientais e sociais (também conhecido como *triple bottom line*) de uma organização, como o relatório de responsabilidade social empresarial, o balanço social, entre outros (GRI, 2006).

Segundo Morsing e Schultz, (2006) as empresas publicam relatórios de sustentabilidade com o objetivo de responder às expectativas dos seus stakeholders e paralelamente contribuir para o bem-estar da sociedade.

Gray, (2000), considera essencial a existência de relatórios de carácter social, ambiental e de sustentabilidade para o bom funcionamento de uma democracia. E ainda assume que qualquer civilização, mas complexa sociedade com pretensões para a justiça

social e que procure um futuro sustentável, tenta redescobrir algumas relações menos exploradoras e menos isoladas com o ambiente natural, precisando assim de relatórios sociais e ambientais como um componente ao redireccionamento de sua organização social e económica.

Segundo Francisco Neves, diretor da Business Sustainability Development Consulting Portugal⁷, *“O dia 15 de abril de 2014 marcou o início de uma nova etapa no reporting de sustentabilidade, com a aprovação, por parte do Parlamento Europeu, da Diretiva sobre o relato de informação não financeira para as empresas. A questão que se coloca já não é sobre se as empresas devem ou não apresentar relatórios de sustentabilidade, mas sim saber quando o farão.”*

A comunicação de mecanismos inerentes ao desenvolvimento sustentável (relatórios de sustentabilidade), começa a ser um requisito obrigatório em alguns países como Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Reino Unido e Suécia onde existe algum tipo de regulamentação em vigor que obriga, algumas empresas (e.g. cotadas em bolsa, grande dimensão, setor empresarial do Estado, etc.), a tal prática. Em Portugal esta prática ainda é voluntária (García-Benau *et al.*, 2012). No entanto ao longo de toda a pesquisa é perceptível que muitas organizações recorrem à sua implementação por diversos fatores, entre eles, por obrigatoriedade, destaque face ao mercado e/ou alavanca para a sua permanência, entre outros.

Segundo Dhaliwal *et al.*, (2012) citado por Branco *et al.*, (2014) efetuou um estudo onde usou uma amostra composta por 7,108 relatórios de sustentabilidade publicados por 1,297 empresas de 31 países, para um período de tempo entre 1994 e 2007. Dado o período analisado foi surpreendente a evolução de publicação de relatórios de sustentabilidade. Nos anos de 90 verificou-se um aumento de menos de 100 relatórios para mais de 1,000 em 2007. Particularmente em Portugal dos 40 relatórios encontrados, 35% eram auditados, assunto que abordaremos mais à frente.

Apoiado ao acima descrito, e segundo o CorporateRegister.com - CSR Report Directory, o maior website mundial on-line destinado a relatórios empresariais não financeiros, é observado na figura abaixo um aumento de publicação de relatórios de sustentabilidade por ano e região continental. Analisando por regiões é observável que na

⁷ <https://www.ver.pt/relatorios-de-sustentabilidade-obrigatorios/> acedido em Novembro de 2018.

Europa é onde se assiste a um maior crescimento de publicações de relatórios de sustentabilidade, seguidamente da Ásia e Norte da América.

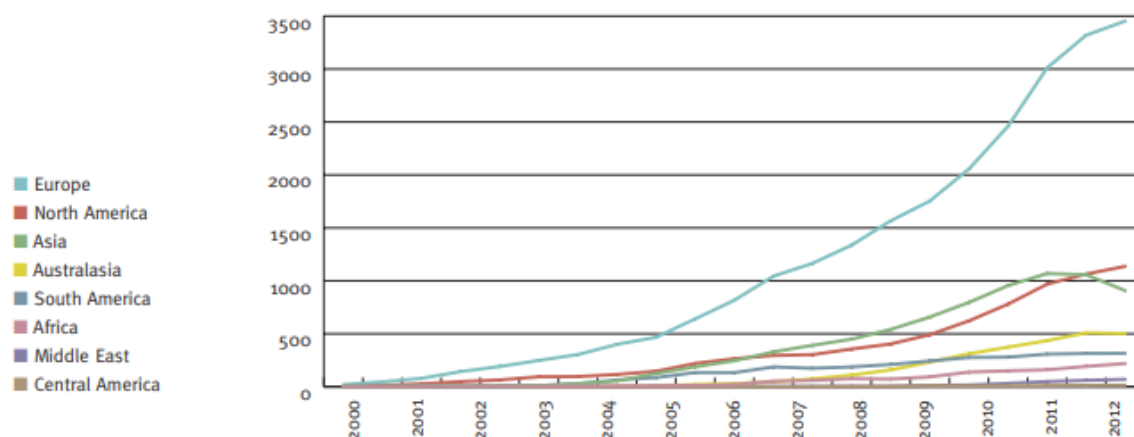


Gráfico 1 - Evolução da verificação de Relatórios de Sustentabilidade por ano e região
Fonte: www.corporateregister.com (2013)

Os mecanismos utilizados para a sua elaboração e divulgação são maioritariamente seguidos por instruções do *Global Reporting Initiative* (GRI), por diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) direcionadas para empresas multinacionais, Organização das Nações Unidas Pacto Global (encoraja as empresas a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e de sustentabilidade) e pela Organização Internacional de Normalização (ISO 26000, Norma Internacional de Responsabilidade Social). É neste sentido divulgado voluntariamente pelas organizações, o Relatório de Sustentabilidade composto por um conjunto de informação não financeira, contrariamente aos Relatórios e Contas que por sua vez são obrigatórios e direcionados em particular, para a informação financeira.

Segundo o GRI, (2006), os relatórios de sustentabilidade apresentam também o valor da organização e modelo governamental adotado, demonstrando a ligação existente entre a estratégia e a sustentabilidade da economia global. Estes relatórios apesar de serem voluntários e não ser imposto a sua verificação, quando a organização admite a sua criação deve comprometer-se a produzir informação fidedigna e credível dado que a sua leitura deve ser entendida para toda a sociedade em geral.

Paralelamente à tendência crescente à sua publicação nacional e internacional, denota-se uma maior exigência por parte das organizações que assim os adotam. Exigência essa de

encontrar um equilíbrio entre as partes interessadas bem como um especial cuidado (transparente e com princípios corporativos) aquando a sua publicação. Conforme afirmado por diversos escritores como Perego e Kolk, (2012); Gürtürk e Hahn, (2015); Romero *et al.*, (2010); Kolk e Perego, (2010); Mori Junior *et al.*, (2014); Simnett *et al.*, (2009); Lozano *et al.*, (2016) o processo de verificação aos relatórios de sustentabilidade cresceu rapidamente para dar resposta à crescente procura dos stakeholders por transparência e integridade da informação publicada pelas organizações e à combinação de motivações internas e estímulos externos.

Segundo um estudo produzido com uma parceria conjunta entre o Centro de Cidadania Corporativa no Boston College e EY (2013), através da figura abaixo é notório que, segundo os inquiridos, os relatórios de sustentabilidade têm como cinco principais benefícios para a organização: aumento de reputação; aumento de lealdade dos trabalhadores; reduzir informações imprecisas sobre o desempenho social corporativo da organização; ajudar a organização a refinar a sua visão ou estratégia corporativa; aumento da lealdade do consumidor.

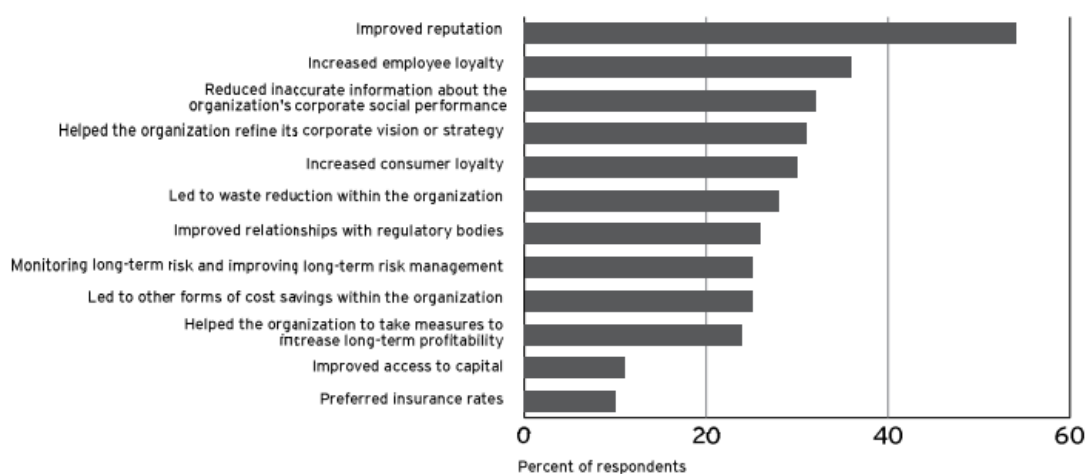


Gráfico 2 - Benefícios identificados pela publicação de relatórios de sustentabilidade para as organizações

Fonte: Centro de Cidadania Corporativa no Boston College e EY (2013)

Verificaram também que as organizações são motivadas a relatar por diferentes razões. As grandes organizações (receitas anuais de 5\$ bilhões ou mais) serão mais propensas a relatar face às pequenas organizações (receitas anuais de menos de 5\$ bilhões) e talvez ser mais influenciadas do que as pequenas organizações por expectativas de transparência com as partes interessadas (stakeholders) e diferenciação competitiva. Posto isto, observando a

figura abaixo, as principais motivações que levam à sua realização são: transparência com os stakeholders; gestão de risco; pressão pelos stakeholders; vantagem competitiva; marca/reputação; outros.

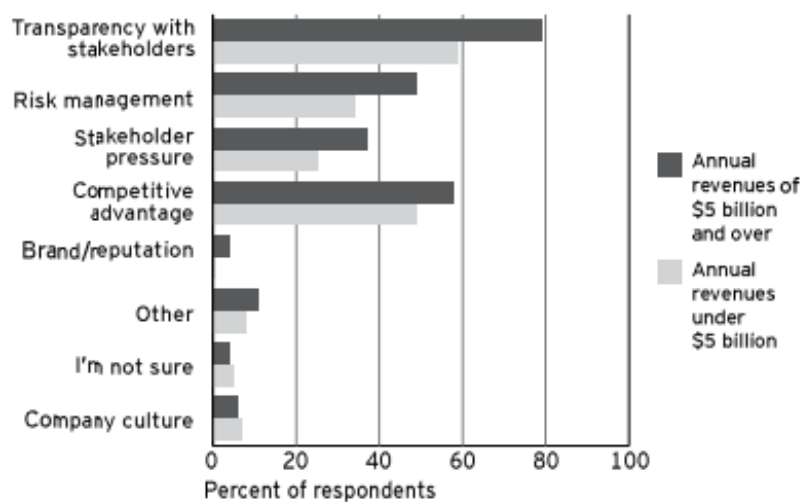


Gráfico 3 - Motivações para relatar por dimensão da empresa

Fonte: Centro de Cidadania Corporativa no Boston College e EY (2013)

2.3. Verificação aos Relatórios de Sustentabilidade

Do ponto de vista da qualidade de informação e apesar dos diferentes antecedentes de relatórios de sustentabilidade contidos nas normas e diretrizes, estas devem garantir que as partes interessadas façam avaliações sonoras e razoáveis do desempenho e tomem as medidas adequadas.

Neste seguimento, os relatórios devem refletir os aspetos positivos e negativos do desempenho da organização e o mesmo é esperado que exista transparência e integridade na informação publicada (Moneva *et al.*, 2006). Os problemas e informações devem ser selecionados, compilados e relatados consistentemente; as informações relatadas devem ser suficientemente precisas e detalhadas; as informações devem ser disponibilizadas de forma compreensível e acessível para as partes interessadas; as informações devem ser coletadas, registadas e relatórios compilados, analisados e divulgados de maneira que possam ser objeto de exame (GRI, 2006).

Autores como Gürtürk e Hahn, (2015), Junior *et al.*, (2017) afirmam existir um gap na expectativa/performance de auditoria aos relatórios de sustentabilidade, dado existirem diferenças nos processos adotados entre os diferentes auditores, persistindo dúvidas na qualidade de informação, credibilidade, fiabilidade e transparência assegurados pelos auditores.

Bill O'Mara, chefe de auditoria, KPMG, (2017), argumenta que *“investidores, instituições financeiras estão cada vez mais conhecedoras de que questões governamentais, sociais e ambientais são relevantes para o desempenho financeiro e potenciam criação de valor a longo prazo para um negócio. Como resultado existe uma maior procura de assurance, promovendo a confiabilidade das informações...”*.

Atualmente, e segundo Eugénio, (2011) as organizações e/ou os responsáveis pela elaboração dos relatórios de sustentabilidade utilizam diversos tipos de abordagem para implementar um processo externo de verificação, são eles: profissionais do ramo (Revisores Oficiais de Contas), painéis constituídos por stakeholders e outros grupos/ indivíduos não pertencentes à organização. Estas ações podem implicar o recurso a grupos ou indivíduos que seguem normas para assegurar a garantia de fiabilidade, ou implicar abordagens que

seguem processos sistemáticos, documentados e comprovados, mas que não são regidos por uma norma específica (Eugénio, 2011).

A análise e verificação independente dos relatórios de sustentabilidade tem suscitado um crescente interesse devido à utilização cada vez maior de dados não financeiros na construção dos mesmos. A necessidade de crescente divulgação dos aspetos sociais, económicos e ambientais refletem uma crescente preocupação com o papel das organizações no mercado, com a sua imagem, confiança e aceitação.

Numa primeira aproximação, e antes de partir para o relacionamento entre auditoria e qualidade e sua adoção nas organizações, é importante fazer uma introdução do termo auditoria. O termo auditoria, verificação ou mesmo *assurance*, segundo GRI, (2006) é utilizado para referir “...*garantia de fiabilidade aos Relatórios de Sustentabilidade*”. A este processo de garantir a qualidade da informação designamos por *assurance*.

Auditoria ou *assurance* está relacionado com o modo como o desempenho de uma organização é relatado. Assegura o retrato equilibrado, completo e preciso de todos os resultados que podem afetar os stakeholders nas áreas que os próprios stakeholders acreditam ser críticas (Adams e Evans, 2004).

Assistimos a um aumento substancial por parte das organizações a nível mundial que elaboram relatórios de sustentabilidade, acompanhados por medidas de auditoria (Hodge *et al.*, 2009). Na sequência da análise de diversos autores como Moneva, J. *et al.*, (2006); KPMG, (2006); Perego e Kolk, (2012) atualmente auditoria é a medida de análise de verificação mais utilizada pelas organizações para aumentar a credibilidade e confiabilidade dos seus relatórios de sustentabilidade e também demonstrar transparência, qualidade e integridade da informação publicada aos seus stakeholders.

Como resposta, algumas organizações optam voluntariamente por uma auditoria externa, garantindo a imparcialidade na análise e envolvendo diferentes tipos de entidades e serviços de auditoria com diferentes metodologias e normas de auditoria. Os stakeholders, nesta lógica esperam que a informação analisada nos relatórios de sustentabilidade, seja confiável para a toma de decisões sobre investimentos, produtos e serviços e outras questões que possam afetá-los diretamente, e assim terem uma melhor perceção do impacto das suas decisões e políticas. Nesta sequência, a KPMG acredita que ao mesmo tempo que os relatórios de sustentabilidade aumentam, a necessidade de os auditar torna-se mais recorrente, devido à carência e exigência de maior qualidade na informação apresentada.

Como resultado, muitas empresas continuaram a procurar as grandes organizações de auditoria devido ao seu Know-how e facilidade em preparar e efetuar todo o processo inerente à elaboração do relatório e contas (KPMG, 2011).

O numero de empresas que tem investido na verificação dos seus relatórios de sustentabilidade tem crescido constantemente desde 2005. Segundo uma amostra analisada pela KPMG, (2017), com base em 3543 organizações pertencentes às N100⁸ e 233 organizações G250⁹ que relatam informação nos relatórios de sustentabilidade, é observado pela figura abaixo.

No ano 2005, 30% das empresas G250 e 33% das empresas N100 realizaram auditoria aos seus relatórios de sustentabilidade. Pelo que crescentemente, já para o ano de 2017 se tenha verificado um aumento de mais de dois terços 67%, ou seja, a auditoria dos dados relatados apresenta ser uma prática padrão entre as empresas G250 face ao ano inicial em análise. Enquanto que, para as empresas N100 se tenha verificado apenas um aumento de 33% para 45% ao longo destes 12 anos em análise. Segundo KPMG, (2017) é esperado que nos próximos dois a cinco anos, a maioria das empresas N100 adota a auditoria aos seus relatórios de sustentabilidade.



Figura 1 - Crescimento na auditoria de informação dos relatórios de sustentabilidade
 Fonte: KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2017

Segundo um estudo elaborado pela Santos *et al.*, (2008), numa pesquisa à escala mundial, observou-se o perfil de 90-95% de todos os relatórios publicados, para um período

⁸ O N100 refere-se a uma amostra mundial de 4.900 empresas composta pelas 100 maiores empresas (por receita) em cada um dos 49 países pesquisados este estudo.

⁹ O G250 refere-se às 250 maiores empresas do mundo (por receita) com base na Fortune 500 ranking de 2016. As grandes empresas são normalmente líderes nos relatórios de sustentabilidade e o seu comportamento muitas vezes prevê tendências de melhor adoção.

entre 1997 e 2007. Verificou-se para esse período uma taxa média anual de crescimento de 20% de verificação das normas de auditoria e que 25% dessas verificações são analisadas por organizações de auditoria (auditores).

Em suma, apesar deste processo de auditoria ser maioritariamente de carácter voluntário, as organizações mostram ser uma área de interesse e de rápido crescimento, onde já diversos estudos afirmam ter grande influência nas organizações como garantia de fiabilidade (Deegan *et al.*, 2006) e credibilidade perante os seus stakeholders (Dwyer e Owen, 2005).

A divulgação da informação não financeira solicitada poderá ser feita de forma, e de acordo com o referencial que cada empresa considerar mais útil e adequado à sua própria realidade. Entre as diferentes possibilidades existentes, as Diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) destacam-se claramente das demais, Tim Mohin, chefe executivo do GRI, KPMG internacional (2017), alega que “*É gratificante ver que as diretrizes do GRI continuam a ser as mais adotadas nos relatórios de sustentabilidade segundo os questionários realizados no ano 2017*”.

No seguinte capítulo abordaremos normas e padrões que poderão ser adotados pelas organizações para a verificação e elaboração dos relatórios de sustentabilidade.

2.4. Normativos de auditoria aplicados aos Relatórios de Sustentabilidade

A própria natureza da auditoria mudou assim como os limites das mesmas foram redesenhados (Miller, 1998), algumas novas práticas de auditoria passaram a ser focadas e outras práticas deixaram de ser tão relevantes. Como afirmado por Brown, (1962) citado por Andon, *et al.*, (2015) “*...os objetivos, métodos e ênfases do controlo interno na auditoria têm sofrido alterações significativas nos últimos 400 anos, passando da deteção de fraude para a determinação de uma verdadeira e justa posição financeira e não financeira*”.

O recente surgimento de *assurance* nos relatórios de sustentabilidade, segundo diversos estudos sugere ser necessária para aumentar a credibilidade e confiabilidade das informações incluídas nesses relatórios (Hodge *et al.*, 2009; Pflugrath *et al.*, 2011).

Atualmente o *Global Reporting Initiative* (GRI) é a organização mais relevante na promoção de uma estrutura de relatórios que oferece orientações sobre como relatar a sustentabilidade de uma organização.

Diversas organizações e entidades promoveram a prática de *assurance* independente para a sustentabilidade como instrumento para melhorar a credibilidade e a qualidade dos relatórios de sustentabilidade. Como exemplo o *Global Reporting Initiative*, versão G4, incentiva a *assurance* independente dos relatórios de sustentabilidade como um instrumento para melhorar a credibilidade e a qualidade desses relatórios. Como a verificação de relatórios de sustentabilidade é uma prática relativamente recente e não é regulamentada na maioria dos países, existem diferentes tipos de fornecedores de *assurance* que fornecem serviços de *assurance* usando diferentes estruturas (frameworks), metodologias e declarações de *assurance* conforme referido por vários autores (Dwyer e Owen, 2005; Deegan *et al.*, 2006; Moneva *et al.*, 2006; Perego, 2009; Frost e Martinov-Bennie, 2010; Romero *et al.*, 2010; Peters e Romi, 2015).

Existem várias normas de *assurance* que fornecem orientação aos relatórios de sustentabilidade, no entanto duas são fundamentais, são elas: International Standard on Assurance Engagement (ISAE) 3000 e AccountAbility (AA)1000 Assurance Standard (AA1000AS) (Manetti e Toccafondi, 2012; Martinov-Bennie *et al.*, 2012; Simnett, 2012).

No geral, empresas de consultoria tendem a recorrer à norma AA1000AS e as empresas de auditoria (ROC) recorrem com mais frequência à ISAE 3000 (Deegan *et al.*, 2006; Mock *et al.*, 2007; Mori Junior *et al.*, 2013; Perego, 2009; Frost e Martinov-Bennie, 2010; Moroney *et al.*, 2011).

2.4.1. Papel do GRI na auditoria aos Relatórios de sustentabilidade

Global Reporting Initiative (GRI), é uma organização sem fins lucrativos sediada na Holanda, que tem procurado disponibilizar linhas orientadoras e matrizes de indicadores que permitem a todas as organizações, estruturar o seu relato sustentável, quer em termos de conteúdo, quer em termos de abrangência. A GRI, tem uma sugestão de relato que pode ser utilizada por qualquer organização, independentemente da sua dimensão, estrutura, setor de atividade e localização (Carreira e Palma, 2012).

Foi em 1997, em Boston, USA que o ex-diretor executivo da CERES¹⁰, Dr. Robert Massie, e o executivo-chefe Dr. Allen White, pioneiros na criação de uma estrutura de relatórios ambientais no início dos anos 90, criaram o departamento de projetos da *Global Reporting Initiative* (GRI) para desenvolver essa mesma estrutura. O objetivo era criar um mecanismo de responsabilização que garantisse que as empresas seguissem os Princípios CERES de uma conduta ambiental responsável.

Em 2001 a CERES transformou o GRI numa instituição independente e sem fins lucrativos, sendo depois em 2002 relocada para Amesterdão (Holanda) e formalmente inaugurada como uma organização colaboradora ao programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Ainda antes do GRI ser uma instituição independente, em 2000, é disponibilizada a primeira versão das diretrizes¹¹ *GRI-G1* com 50 organizações a adotá-la nesse mesmo ano. Tinha como objetivos principais alargar a base de partes interessadas das diretrizes, melhorar os relatórios de sustentabilidade e promover a sua credibilidade e utilidade. A sua utilização para a orientação e elaboração de relatórios de sustentabilidade cresceu de tal modo que exigiu um ajuste, com maior exigência, surgindo a necessidade de evolução das mesmas. O empenho em aperfeiçoar a transparência do relato permitiu lançar em 2002 na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, um segundo quadro, mais completo, de linhas orientadoras G2, sendo que, 150 organizações elaboraram relatórios de sustentabilidade nesse ano, seguindo as linhas orientadoras da GRI.

Já em 2006, estreia-se a G3 que para além de incluir diversos indicadores de natureza económica, ambiental e social, envolve também novos conteúdos, quer em termos de relevância, quer em termos de extensão do relato, ampliando a sua estratégia e estrutura de relatórios. Neste ano foram também celebradas parcerias formais com o Pacto Global das Nações Unidas, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico e outros. É nesta fase que o GRI reforça a necessidade de uma auditoria externa nas organizações para assim aumentarem a credibilidade do seu relato.

¹⁰Coalition for Environmentally Responsible Economies- organização de defesa da sustentabilidade sem fins lucrativos.

¹¹ A inclusão e constante atualização de *guidelines* faz com que haja uma maior exigência na elaboração de relatórios de sustentabilidade, bem como uma auditoria mais rigorosa e presente.

GRI - G3.1 estreia-se em março de 2011, esta versão oferece uma atualização em como as organizações podem revelar o seu desempenho de sustentabilidade e engloba aspetos relacionados com os Direitos Humanos, os Impactos na Comunidade Local e Género.

Em 2013, o GRI divulgou a quarta geração das suas diretrizes, G4, oferecendo princípios de Relato, divulgações standardizadas e um manual de implementação para a preparação de relatórios de sustentabilidade de qualidade, por organizações de qualquer tamanho ou setor. Tinha como objetivo ajudar as organizações a refletir e perceber que informações influenciam de forma significativa a avaliação e decisão dos seus stakeholders. Bem como, permite à organização perceber onde se verificam os impactos mais significativos e, ajustar os limites da sua gestão e relato em conformidade com a informação obtida.

O GRI em outubro de 2016 lançou as primeiras normas globais standard para relatórios de sustentabilidade, desenvolvidos pelo quadro global de normas de sustentabilidade¹². Estas normas standard permitem que todas as organizações relatem publicamente os seus impactos económicos, ambientais e sociais - e demonstrem como poderão contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Conforme a figura abaixo, a atual e final versão do GRI é composta por três normas universais (Universal Standards), além de outras normas complementares direcionadas aos tópicos específicos. Podemos observar o ponto de partida para utilizar o GRI standard:

- GRI 101 que inclui os dez princípios básicos de relato para utilizar as Normas GRI nos relatórios de sustentabilidade, além de informações sobre como usar e se referenciar nas Normas.
- GRI 102 – Conteúdo Geral, constitui as informações de contextualização sobre a organização e as suas práticas de relato de sustentabilidade.
- GRI 103 – Abordagem de Gestão, reporta a abordagem de gestão da organização para cada tópico material.

¹² Global Sustainability Standards Board (GSSB)

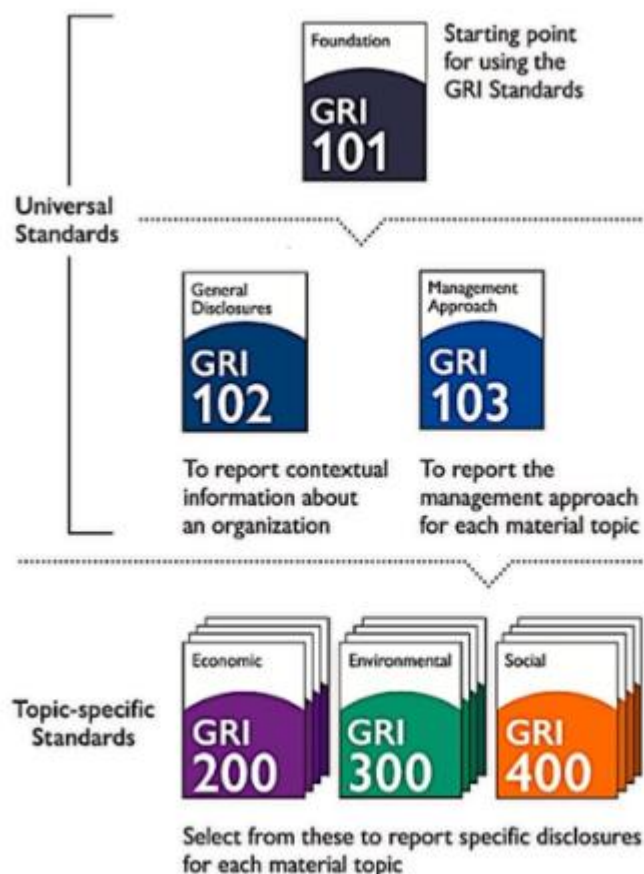


Figura 2 - Categorias das normas GRI

Fonte: Soluta Gestão e Meio Ambiente - Relatórios de Sustentabilidade e as normas GRI (2018)

Por fim esta recente norma aborda especificamente os tópicos:

- Económicos (GRI 200), relacionado ao eixo económico como, por exemplo, a performance económica e anticorrupção.
- Ambientais (GRI 300), relacionado ao eixo ambiental como, por exemplo, energia, água e emissões para o meio ambiente.
- Sociais (GRI 400), relacionado ao eixo social como, por exemplo, diversidade, trabalho infantil, trabalho forçado e políticas públicas.

As normas de GRI standard incluem todos os principais conceitos e divulgações das diretrizes GRI-G4, aprimorados com uma estrutura mais flexível, requisitos mais claros e linguagem mais simples. Esta transição da atual versão G4 para um conjunto de normas

globais passou para total aplicação no dia 30 de junho de 2018, sendo que anteriormente já era adotada por algumas empresas relatoras.

Segundo Gomes *et al.*, (2015); Borglund *et al.*, (2010) e Brown *et al.*, (2009) a norma GRI é a mais utilizada pelas organizações e a mais relevante na promoção de relatórios de sustentabilidade e mostra ter uma utilização e orientação crescente sobre como relatar o desempenho de sustentabilidade das organizações. E ainda Kolk e Perego, (2010) e Perego e Kolk, (2012) referem que as diretrizes do GRI são uma importante orientação na melhoria da qualidade dos relatórios de sustentabilidade

De acordo com KPMG *International Survey of Corporate Responsibility Reporting* (2017), a maioria das empresas N100 (74%) e G250 (89%) usa uma “framework” ou tipo de orientação para a elaboração do seu relatório. Verificando-se que as diretrizes do GRI são as mais utilizadas, 63% dos relatórios do N100 e 75% dos relatórios do G250. Enquanto isso, 13% da N100 e 12% das empresas do G250 usam as diretrizes da bolsa de valores.

Com base em 2230 organizações pertencentes às N100 que aplicam as diretrizes GRI e observando a figura abaixo, uma em cada dez empresas (N100) que utilizam o GRI reportam com os novos padrões introduzidos no final de 2016, antecipando a sua utilização.

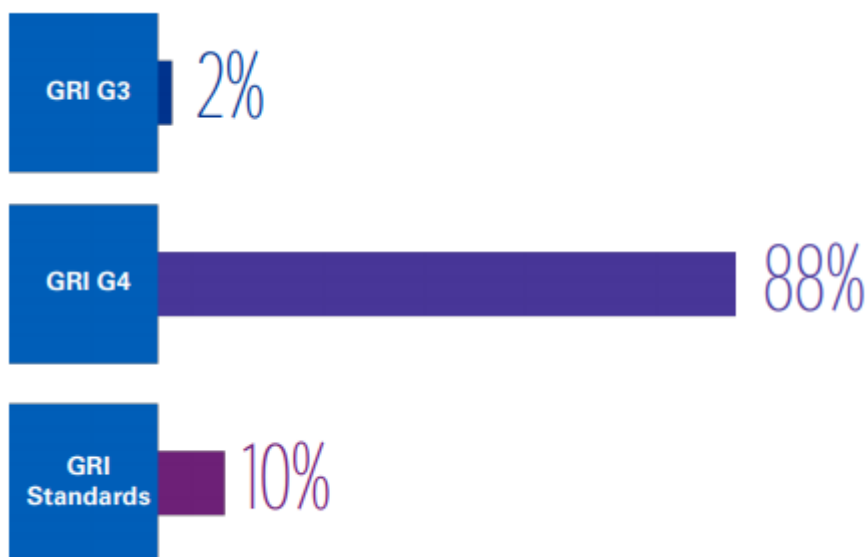


Figura 3 - Utilização de GRI Guidelines vs GRI Standards

Fonte: KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting 2017

2.4.2. *Assurance* aos Relatórios de Sustentabilidade

Norma de verificação GRI

Uma declaração de *assurance* para um relatório de sustentabilidade serve como mecanismo de comunicação (Deegan *et al.*, 2006). Como a aquisição de *assurance* nos relatórios de sustentabilidade envolve custos e benefícios, a empresa terá um incentivo para se envolver em tal prática quando os benefícios dela derivados forem superiores aos custos associados; ou ainda a confiança dos stakeholders na qualidade da informação de sustentabilidade fornecida e/ou a maior confiança dos stakeholders ao nível de compromisso com as agendas de sustentabilidade são exemplos notáveis desses benefícios. Assim, pode-se argumentar que as empresas que desejam ter a credibilidade dos seus relatórios aprimorados e construir a sua reputação corporativa têm maior probabilidade de garantir normas de *assurance* nos seus relatórios de sustentabilidade (Simnett *et al.*, 2009).

Segundo Deegan *et al.*, (2006) citado por Perego, (2009) verifica-se claramente a existência de uma enorme variabilidade e ambiguidade nas declarações de auditoria entre países, em relação às definições, metodologia e conteúdo dos compromissos de *assurance*. Consequência explicada pelo facto de ser um tema recente e estar a crescer rapidamente nas organizações, “...existe uma compreensão limitada sobre o tema e uma procura e oferta extensa desta nova prática de auditoria” (Hasan *et al.*, 2005).

Com base num questionário realizado por Hodge *et al.*, (2009), encontraram que os utilizadores depositam mais confiança nos relatórios de sustentabilidade quando o nível de *assurance* fornecido é razoável, e quando essa verificação é fornecida por uma empresa de auditoria de nível superior, em comparação a quando a verificação é fornecida por um consultor especialista.

Zorio *et al.*, (2013) citado por Branco *et al.*, (2014) analisaram, entre outras questões, que os fatores que influenciam a decisão de ter relatórios de sustentabilidade verificados no mercado de capitais espanhol da Bolsa de Madrid durante o período 2005-2010, são o tamanho e tipo de indústria, já o poder e rentabilidade não são significativos na explicação da verificação dos relatórios de sustentabilidade. García-Benau *et al.*, (2012) analisaram 2.685 relatórios de sustentabilidade de empresas enviadas ao GRI durante o período 2005-2009, e detetaram um crescimento claro no número de relatórios de sustentabilidade

enviados durante esse período, assim como também a percentagem de empresas que recorre à verificação dos seus relatórios de sustentabilidade (de 8% em 2005 para 46% em 2009), decisão influenciada pelo tamanho da empresa, tipo de indústria, ano e país de origem.

Conforme introduzido anteriormente, existem duas normas de *assurance* fundamentais (KPMG, 2008; Manetti e Becatti, 2009; Jones e Jonas, 2011): ISAE 3000 e AA1000 AccountAbility *Assurance* Standard.

- **ISAE 3000** - Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3000 foi criada em 2000 pelo Conselho Internacional de Normas de Auditoria e Garantia (IAASB) com o objetivo de estabelecer nesta norma princípios básicos e procedimentos fundamentais a ter em conta para projetos de *assurance* que não se refiram a auditorias ou revisões de informação financeira histórica (Eugénio, 2011). A ISAE 3000 abrange o nível de fiabilidade, a hipótese de recorrer a um grupo interdisciplinar, testes e verificações (análise de dados e de indicadores), avaliação do risco de auditoria, regras de elaboração dos relatórios e configuração da declaração final de garantia que pode ser razoável ou limitada.

A ISAE 3000 estabelece princípios orientadores e procedimentos essenciais que orientam os profissionais de auditoria (ROC'S), denominados por esta norma como “profissionais executores”, na execução de trabalhos de garantia de fiabilidade (IAASB, 2004).

- **AA1000** - AA1000 AccountAbility Framework Standard é um conjunto de normas de auditoria que foi criado em 1996 com o objetivo primordial de produzir um conjunto de orientações de responsabilidade social. Desenvolveu um conjunto de ferramentas, configurações e indicadores para os procedimentos dos agentes sociais, ou seja, formação e certificação para os auditores independentes de informação social. As conclusões desta norma assentaram no compromisso com a inclusão baseadas em três princípios: a Relevância, Abrangência e Responsabilidade das informações dos relatórios de sustentabilidade.

Tabela 1 - Comparação das normas de *assurance* internacional

	AA1000 (AccountAbility)	ISAE 3000 (IAASB)
Semelhanças		
Objetivo	Aumentar a credibilidade da informação	Aumentar a credibilidade da informação
Nível de <i>assurance</i>	Alto ou moderado	Moderado
Fases do processo	Aceitação, planeamento, implementação e report	Aceitação, planeamento, implementação e report
Diferenças		
Focada para:	Sustentabilidade	Contabilidade/Auditoria
Documento target	Relatórios de sustentabilidade	Relatórios não financeiros
Objetivo do profissional	Assegurar que a informação esteja em conformidade com a materialidade, a abrangência e responsabilidade	Assegurar que a informação esteja livre de distorções materiais

Fonte: Elaboração própria baseado em Ogando *et al.*, (2018)

A tabela acima descrita resume as principais semelhanças e diferenças que caracterizam estas normas de *assurance* ISAE 3000 (IAASB) e AA1000AS (AccountAbility). Ambas assumem que o objetivo de *assurance* é aumentar a credibilidade da informação considerando diferentes níveis de *assurance* em função do risco assumido: alto ou moderado na AA1000AS, e moderado na ISAE 3000. As duas normas também estruturam o processo de garantia em quatro fases: aceitação, planeamento, implementação e report. Enquanto o IAASB é uma organização contabilista e, portanto, concentra-se na contabilidade/auditoria, a AccountAbility concentra-se na sustentabilidade. Isso causa diferenças de abordagem, de fato, a aplicação da AA1000AS é limitada enquanto que a ISAE 3000 pode ser aplicada a qualquer tipo de informação não financeira. De acordo com a AA1000AS, o objetivo do avaliador é assegurar que a informação esteja em conformidade com a materialidade, a abrangência e princípios de contabilidade, com base nos interesses dos stakeholders. A ISAE 3000, no entanto, prioriza a verificação de que as informações estejam livres de distorções relevantes. Além disso, enquanto a ISAE3000 estabelece requisitos éticos e sistemas de controlo baseados na regulamentação existente para a profissão de auditoria; a AA1000AS enfatiza o compromisso com os stakeholders e o cumprimento dos princípios fundamentais da informação fornecida nos relatórios de sustentabilidade (Ogando *et al.*, 2018).

Em suma, é perceptível que a utilização destas normas apresentadas contribui para a melhoria da qualidade da informação não-financeira publicada pelas organizações o que

consecutivamente proporciona uma maior segurança aos seus stakeholders. E, a sua utilização pode ser feita de forma independente ou combinada.

É importante mencionar que a norma GRI refere-se a uma norma de verificação, no entanto a ISAE 3000 e a AA1000AS são normas de *assurance*. Desta forma o GRI estabelece critérios de avaliação que à posteriori são aplicados procedimentos de auditoria para verificar a sua conformidade. E ainda, o GRI poderá beneficiar de uma verificação externa, mas não existe qualquer requisito específico para a sua verificação.

3. Desenho da investigação e desenvolvimento das hipóteses

Nos capítulos anteriores, foi feito um enquadramento do tema. Agora, nesta fase pretendemos através da caracterização das organizações que publicam Relatórios de Sustentabilidade e do desenvolvimento e formulação de hipóteses concentrarmo-nos em fatores que possam afetar a verificação e qualidade de auditoria dos Relatórios de Sustentabilidade. Não serão abordados todos os fatores, apenas os considerados mais relevantes para o desenvolvimento de hipóteses e que foram abordados na revisão da bibliografia.

Segundo Gray, (1998) citado por Dias, (2009) as preocupações com stakeholders, a crescente discussão sobre ética nos negócios, a responsabilidade social das empresas e o aumento da importância do investimento ético, criaram a necessidade de uma nova auditoria, com novos métodos. O objetivo é informar as organizações e os seus participantes sobre estes assuntos, e ao mesmo tempo essa informação estar auditada e verificada. O rápido desenvolvimento dos relatórios de sustentabilidade nas últimas décadas foi acompanhado por um notável desenvolvimento na auditoria dos relatórios de sustentabilidade (Gillet, 2012).

É ainda perceptível ao longo da investigação que já existem alguns estudos desenvolvidos no nosso país acerca da análise e elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, e respetivas auditorias e verificações (*assurance*), no entanto, esta ainda mostra ser reduzida face aos restantes países. Segundo Branco *et al.*, (2014) a evidência empírica de Portugal é examinada em parte porque a pesquisa sobre a verificação dos relatórios de sustentabilidade em Portugal é extremamente escassa. Apesar de existirem vários estudos sobre práticas de relato de sustentabilidade das empresas portuguesas, os autores estão conscientes de que existe apenas um estudo descritivo sobre a verificação dos relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas para um público internacional (Eugénio, T. e Gomes, S., 2013).

Apurando mais ao detalhe, estudos como Deegan *et al.*, (2006); Perego e Kolk, (2012); Simnett *et al.*, (2009) onde são utilizadas amostras de empresas internacionais, concluíram que existem muito poucas ou quase nenhuma empresas pertencentes aos países periféricos do Mundo, como Portugal, e até mesmo Espanha. Já outros autores, que analisam os países

individualmente, afirmam que as regiões mais presentes são as de língua inglesa, como Inglaterra, América, Austrália (Peters e Romi, 2015; Casey e Grenier, 2015). No entanto, em estudos mais recentes encontram-se países como França, América Latina e Espanha, (Abughazaleh *et al.*, 2015; Zorio *et al.*, 2013; Calixto, L., 2013; Ogando *et al.*, 2018).

A nova tendência de publicação e verificação de relatórios de sustentabilidade em Portugal e Espanha é de interesse, uma vez que, além de serem países que necessitam de ajudas financeiras externas e têm um percurso recente na adoção de relatórios de sustentabilidade e normas de *assurance*, são atualmente destacados pelo mesmo. Portugal está entre os poucos países europeus em que mais de metade dos relatórios de sustentabilidade enviados pelas empresas para o *Global Reporting Initiative* (GRI) são verificados (assured), juntamente com Espanha que lidera, Irlanda, Áustria, entre outros (García-Benau *et al.*, 2013).

Nesse seguimento, começou-se primeiramente por dividir a investigação em dois ensaios: no 1º ensaio caracterizar as empresas portuguesas e espanholas registadas no GRI que publicam Relatórios de Sustentabilidade, de forma a obter uma base de dados completa e a ser possível conhecer as empresas para o Ensaio 2. E, no 2º ensaio através da base de dados obtida no Ensaio 1, avaliar apenas as organizações que recorrem à verificação dos Relatórios de Sustentabilidade, e os fatores que poderão estar subjacentes às organizações à sua adoção. É também esperado no Ensaio 2 ir mais além, através da construção de três hipóteses e da utilização de um modelo estatístico.

A finalidade desta investigação é perceber se as organizações reconhecem a necessidade de praticar um desenvolvimento sustentável e se consideram as preocupações ambientais/ sociais na definição da sua estratégia para com os stakeholders. Para isso pretendemos, através da formulação de hipóteses de investigação, quantificar se as variáveis do estudo poderão estar subjacentes à elaboração e verificação dos Relatórios de Sustentabilidade da organização, com o auxílio da informação recolhida no GRI e da bibliografia analisada.

Desta forma é feita uma comparação entre as ideias principais defendidas atualmente e o que existe na realidade, verificando se as empresas para além de defender a sua implementação e verificação, garantem uma verificação de qualidade.

Por último e após esta análise espera-se obter conclusões e discussões dos resultados baseados na investigação realizada.

3.1. Ensaio 1

3.1.1. Objetivos

Caracterização das empresas portuguesas e espanholas que publicam Relatórios de Sustentabilidade, de forma a obter uma base de dados completa e a ser possível conhecer as empresas para o Ensaio 2.

1. Quantificar as organizações de todo o Mundo que publicam Relatórios de Sustentabilidade registadas no GRI.
2. Do conjunto dessas organizações identificar quantas são portuguesas e quantas são espanholas.
3. Verificar qual o ano de publicação do relatório de sustentabilidade mais recente, num período entre 2015, 2016 e 2017.
4. Identificar para cada organização: o setor de atividade, o tipo de empresa, e a dimensão.
5. Com base no modelo de divulgação de relatórios de sustentabilidade empresarial proposto pelo *Global Reporting Initiative* (GRI), identificar qual a versão GRI aplicada.
6. Quantificar as organizações que recorrem ou não à auditoria/verificação externa.
7. Identificar, das organizações que recorrem à auditoria/verificação externa: qual o tipo de auditor, empresa de auditoria, tipo e nível de auditoria.
8. Por fim, das organizações que recorrem à auditoria/verificação externa quais os normativos de *assurance* aplicados.

3.1.2. Metodologia

3.1.2.1. Amostra

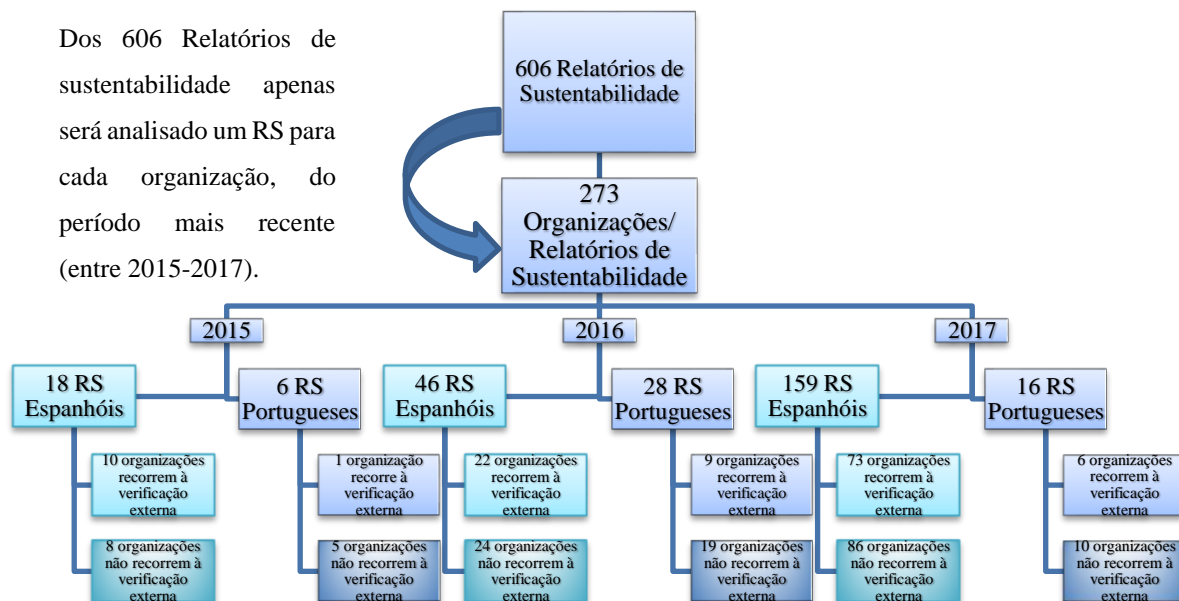


Figura 4 - Caracterização da amostra inicial

Fonte: Elaboração própria

A amostra inclui relatórios de sustentabilidade (RS) produzidos por empresas portuguesas e espanholas para um período entre 2015-2017. Os relatórios foram obtidos através da base de dados disponibilizada pelo GRI- retirado do website (<https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>) acedido em Junho de 2018 e atualizado a Janeiro de 2019- que contém todos os tipos de relatórios de sustentabilidade elaborados por diversas organizações internacionais e pertencentes a diversos setores, que aplicam ou não as diretrizes do GRI.

Conforme caracterização acima apresentada, na totalidade obtivemos 606 relatórios de sustentabilidade de diversas organizações. Deste conjunto de relatórios de sustentabilidade apenas escolhemos um relatório de sustentabilidade para cada organização e que corresponde ao ano mais recente, ou seja, para 1 organização apenas corresponde 1 Relatório de Sustentabilidade para 1 período em estudo (2015,2016 ou 2017).

Posto esta condição, do total de relatórios de sustentabilidade publicados apenas construímos a base de dados em função de 274 organizações, em que 224 representam

organizações espanholas e 50 organizações portuguesas. Incluímos na amostra todos os relatórios de empresas sobre os quais conseguimos obter informações necessárias para o estudo empírico. Desse modo reduzimos a nossa amostra a 273 organizações, dado que uma empresa espanhola não detinha informações de continuação para o estudo. Assumindo para a continuação do estudo 223 empresas espanholas e 50 empresas portuguesas.

Escolheu-se utilizar a base de dados disponibilizada pelo GRI como base de recolha dos relatórios de sustentabilidade para a amostra., dado que dispõe de informação verdadeira e significativa, e ser de acesso público. Por outro lado, pela forte presença que a norma GRI representa, é a norma utilizada em mais de 60% dos Relatórios de Sustentabilidade em 45 países (KPMG, 2015).

Estes relatórios são individuais para cada organização e seguem no geral uma configuração de informação semelhante onde dispõe de diversa informação desde a origem da organização, nº de colaboradores, tipo de auditor, norma GRI aplicada, tipo de organização, entre outros.

Perante este conjunto de informação disponibilizada individualmente para cada organização, foram utilizadas diversas variáveis para a construção da base de dados do Ensaio 1, como setor de atividade, tipo de empresa, dimensão, tipo de auditor, empresa de auditoria, entre outros que se consideraram também pertinentes ao estudo em curso, tomados como base KPMG, (2011), Gomes *et al.*, (2015), Junior *et al.*, (2013), Branco *et al.*, (2014).

Neste Ensaio 1 através da construção da base de dados, pretende-se responder ao objetivo proposto anteriormente e construir a base de trabalho para o Ensaio 2.

3.1.2.2. Recolha de dados

Na base de dados disponibilizada pelo GRI estão presentes 12.642mil organizações, 48.660mil relatórios de sustentabilidade no total. Do total, 30.454mil relatórios de sustentabilidade seguem as diretrizes do GRI.

Com base neste universo, para os objetivos do Ensaio 1, optou-se por criar e completar uma base de dados através do Software Microsoft Office Excel 2016 com informação de relato sustentável divulgada pelas organizações que constituem a amostra, recolhida individualmente para cada organização do total das 273 organizações. Para o início desta

investigação optou-se por definir critérios base de forma a limitar o universo de relatórios de sustentabilidade disponibilizados pelo GRI, critérios esses:

- Do conjunto de organizações presentes na base de dados, estas têm de ser organizações portuguesas ou espanholas (escolha por país);
- O relatório de sustentabilidade publicado ser o mais recente no período da amostra (2015, 2016 ou 2017);
- Verificar a versão GRI aplicada no relatório de sustentabilidade.

Optou-se por escolher apenas organizações portuguesas e espanholas, uma vez que a prática em Portugal é reduzida face aos restantes países estrangeiros e por o meio empresarial português ser limitado favorecendo à existência de elevada empatia/interesses entre empresas auditoras e empresas auditadas. E Espanha por ser um país vizinho e deter de uma economia semelhante bem como no seu conjunto esta comparação entre países ainda não ter sido apresentada noutro estudo. O intervalo de tempo escolhido inicialmente era apenas para o ano 2017, mas como a amostra de organizações apresentava ser reduzida e desequilibrada decidiu-se analisar para um intervalo de tempo 2015-2017. Justificação também pelo fato de a publicação ser voluntária e não ser imposta qualquer data ou ano de publicação, muitas organizações publicam relatórios bianuais ou no período em questão (2015-2017) e o último ano publicado ser o de 2015. Por fim, como “...as diretrizes do GRI continuam a ser as mais adotadas nos relatórios de sustentabilidade segundo os questionários realizados no ano 2017” (KPMG, 2017), conforme referido no capítulo 2, interessa verificar se existe alguma relação com a amostra em estudo e se as organizações que as adotam recorrem às diretrizes mais atualizadas.

Assim, o universo deste trabalho numa primeira fase começou por ser representado por 273 empresas no total, das quais 50 portuguesas e as restantes 223 espanholas. Numa primeira análise é observável que a publicação dos relatórios de sustentabilidade entre os dois países não é comparável, mas tal justificação poderá ser explicada pelo facto de o numero de habitantes entre Portugal ser cerca de 4 vezes menor que o de Espanha ou então pelo contrário: como diferentes motivações para a sua realização que podem ser justificadas pelas diferentes capacidades financeiras das organizações, disponibilidade de verificação e/ou facilidade na obtenção de informação. Investigação que poderá ser feita em estudos futuros.

Em suma, para a recolha de dados começou-se por consultar na base de dados do GRI quais as organizações que publicam relatórios de sustentabilidade (pertencem ao nosso universo) e quais as variáveis envolvidas. Para obter as variáveis necessárias ao estudo retirou-se a informação individualmente no “profile” de cada organização (Anexo 8.1: Profile do GRI), informação que por vezes poderia não estar disponível na sua totalidade e nesses casos teria de se recorrer ao último relatório publicado pela organização para completar a informação em falta.

3.1.2.3. Tratamento de dados

A análise de conteúdo é uma metodologia que se considera empiricamente válida no estudo do relato de sustentabilidade e nos relatórios anuais das empresas (Gray *et al.*, 1995; Gallego, 2006). Como referido por autores Abbott e Monsen, (1979) e segundo Dias, (2009), a análise de conteúdo é uma técnica de obtenção de dados que consiste em codificar informação literária qualitativa em categorias de escalas quantitativas com vários níveis de complexidade. Baseado nos autores Abbott e Monsen, (1979) e para uma correta aplicação da técnica foi utilizada uma escala que varia entre 1 e 0, em que valores 0 significa ausência da informação pretendida e o valor 1 assinala a presença da informação pretendida. Vários estudos recorrem a esta técnica como Ogando *et al.*, (2018); Haniffa e Cooke, (2005); Simnett *et al.*, (2009).

Após se terem definido na recolha de dados os critérios base que limitam o universo de relatórios de sustentabilidade disponibilizados pelo GRI, é esperado nesta próxima fase de tratamento de dados dispor individualmente as variáveis que caracterizam o universo de estudo.

Assim, do conjunto de 273 empresas pertencentes no nosso universo e de forma a responder aos objetivos do 1º ensaio foram tratadas as seguintes variáveis (Anexo 8.4: Base de dados Ensaio 1):

- Nome;
- País;
- Setor de Atividade;
- Tipo de empresa: Empresa Privada, Empresa do Estado, Cooperativa, Subsidiária, Instituição Pública, Organização sem fins lucrativos, Parceria;

- Dimensão: Pequenas e médias empresas (PMEs), Grandes empresas, empresas Multinacionais (MNEs ou EM);
- Diretriz GRI: GRI- G1, GRI – G2, GRI – G3, GRI – G3.1, GRI – G4, GRI – Standards;
- Ano de publicação: 2015, 2016, 2017 (prevalece o ano mais recente);
- Verificação Externa;
- Norma de *assurance* aplicada: GRI, ISAE 3000 e AA1000AS.

3.2. Ensaio 2

3.2.1. Formulação de Hipóteses

Que fatores condicionam a qualidade de auditoria nos Relatórios de Sustentabilidade.

O trabalho do auditor não deverá estar limitado ao montante dos seus honorários, mas sim basear-se no julgamento do que é necessário para atingir uma adequada opinião (Gregory e Collier, 1996).

Atualmente, a complexidade do meio em que uma empresa opera e as ameaças entre mercados apresenta ser agressiva comparativamente ao passado. O alcance da transparência na verificação e uniformização dos Relatórios de Sustentabilidade é difícil de ser atingido.

Como é do nosso conhecimento, poderão existir diversos fatores influenciadores, são eles: casos de fraude (colapso da Enron, Tyco e WorldCom protagonizado por Arthur Anderson); distorções nas auditorias, segundo Antunes, (2015) encontra-se intrinsecamente associado às características específicas de cada entidade, tais como o meio em que esta se encontra inserida e a área de negócio em que esta opera, entre outros.

A elaboração e verificação dos Relatórios de Sustentabilidade não é obrigatória, por isso, na presente investigação foram tidas em conta algumas características e fatores explicativos (custos, reputação, riscos, tamanho da organização, setor, entre outros) que originam à organização a sua adoção (ou não).

Conforme apresentado pela revisão da literatura, os benefícios da verificação poderão garantir à organização a fiabilidade da informação dos Relatórios de Sustentabilidade e assim compensar os custos envolventes.

Num mercado em que existe elevada oferta, é esperado que as organizações, criem mecanismos para aumentar a credibilidade da informação relatada. Neste seguimento no 2º Ensaio pretende-se focar alguns fatores que poderão condicionar a adoção da verificação dos relatórios de sustentabilidade, são eles: escolha do auditor, dimensão da organização e o tipo de setor em que a organização opera.

Choi *et al.*, (2010), alega que a qualidade da auditoria e verificação é muito importante, pois é um fator que influencia a confiança numa determinada empresa bem como a visibilidade da mesma. E é neste contexto que se pretende concluir se a dimensão da empresa de auditoria está correlacionada com a qualidade de auditoria. Paralelamente a estes resultados DeAngelo, (1981) e Reynolds e Francis, (2000), alegam que os grandes auditores possuem maiores recursos financeiros de pesquisa e/ou recursos tecnológicos, sendo por isso menos dependentes de um cliente específico, no entanto, como têm uma reputação mais forte irão ter incentivos mais baixos para prestar declarações incorretas ou que prejudiquem grandes clientes (preservando relações específicas), ou seja, assumem um comportamento de proteção na reputação.

Apoiado pelo exposto acima DeAngelo, (1981), em caso de falhas na qualidade da auditoria, como é o caso das perdas de reputação estas podem ser maiores para as Big4, explicado pelo facto de que as empresas de auditoria pequenas, podem estar mais preocupadas com a importância económica de um determinado cliente do que um potencial risco de falha na auditoria. Francis *et al.*, (1999) argumentam que as organizações tendem a contratar um auditor de uma Big4 quando os custos de agência aumentam ou necessitam de melhores cuidados na gestão e apresentação de informação.

Por sua vez, o tamanho da empresa de auditoria segundo DeAngelo, (1981) e Abughazaleh *et al.*, (2015) pode ser um outro fator determinante para a qualidade de auditoria, dado que empresas de maior dimensão poderão deter maior poder económico e capital (melhores recursos) para investir em formações e tecnologia não tendo risco de ser dependentes de clientes individuais. E, por conseguinte, Palmrose, (1988), Simunic e Stein, (1987) defendem que por essas empresas deterem maior fundo de maneio e investimentos extensos na sua reputação, terão maiores incentivos para minimizar riscos de litígio e

proteger também a sua reputação, oferecendo serviços de auditoria de maior qualidade. Segundo Steven, (1991) e Firth e Smith, (1992) citado por Nazri *et al.*, (2012), destacam ainda com a afirmação que parece haver uma medida de aceitação que as organizações Big4 são os auditores de marca na maioria dos países.

Ainda acerca das Big4, para além de serem empresas de grande dimensão presentes no mercado, assumem uma posição de serviço homogeneizado, ou seja, as funções desempenhadas pelos diversos colaboradores destas organizações apresentam seguir um padrão de conhecimento uniforme, como é o caso: possibilidade de programa de trainees; técnicas de aplicação de auditoria; sistema de gestão interno; sinergias de conhecimentos/ brainstorming.

Posto isto, na sequência de toda esta literatura o nosso estudo pretende responder à seguinte hipótese:

Hipótese 1: As organizações ao recorrerem à verificação externa condicionam a sua escolha a uma empresa de auditoria que pertença às Big4.

Um outro fator condicionante da verificação dos relatórios de sustentabilidade, é a dimensão da organização, dado que empresas de maior dimensão e reconhecidas nos mercados são de alguma forma forçadas a reportar informação não financeira garantindo o aumento de transparência para com os stakeholders e uma preocupação na sua correta implementação. (Dienes, D. *et al.*, 2016).

Segundo Zorio *et al.*, (2013) e Sierra *et al.*, (2013) analisaram numa amostra de empresas espanholas que, entre outros fatores, a dimensão da empresa é um fator significativo para recorrer à verificação dos relatórios de sustentabilidade. E ainda García-Benau *et al.*, (2012), para um período em análise (2005-2009) verificou um aumento de publicação e verificação dos relatórios de sustentabilidade, sugerindo que a decisão que levou às organizações a sua verificação foi influenciada pela dimensão.

Segundo Abdel-khalik, A., (1993) citado por Simnett, *et al.*, (2009), o autor adota uma perspetiva diferente. Argumenta que as organizações de maior dimensão detêm de uma maior perda de controlo interno potenciado pela comunicação (informação) distorcida, originando a que as organizações exijam uma maior verificação (voluntária) dos seus relatórios.

E ainda, Watts e Zimmerman, (1983) apoiam a sua hipótese com o fato de as empresas de grande dimensão estarem num crescimento contínuo e por isso existir uma transmissão,

por parte do auditor, de ideias de melhoramento para a organização e assim reduzir os seus custos de agência.

Na sequência da literatura anteriormente apresentada o nosso estudo pretende responder à seguinte hipótese:

Hipótese 2: A dimensão da organização condiciona as empresas a recorrer à verificação externa.

Segundo diversos relatórios publicados pela KPMG, (2011, 2015, 2017), verifica-se um aumento gradual da verificação dos relatórios de sustentabilidade, para garantir a qualidade dos mesmos. No entanto um dos relatórios da KPMG, (2011) realça para um fator condicionante da verificação, nomeadamente, o setor da organização, em que 51% das empresas mineiras e 46% das empresas de *utilities* adotam esta verificação. Simnett *et al.*, (2009), argumenta ainda para o fato de o setor ser um fator condicionante para aumentar a credibilidade e reputação da organização, e assim ter maior probabilidade de possuir os seus relatórios de sustentabilidade verificados.

Kolk e Perego, (2010) afirmam que empresas de setores financeiros (exigência em ter informação de confiança), petróleo, gás e produtos químicos, serviços públicos e manufaturas, estão mais expostos a riscos ambientais e sociais. Segundo García-Benau *et al.*, (2012) e Zorio *et al.*, (2013) citado por Branco *et al.*, (2014) também consideram digno de mencionar o setor de tecnologia e telecomunicações, pois esperam que as empresas desses setores estejam mais inclinadas a ter um relatório de sustentabilidade auditado.

Partindo da literatura acima apresentada o nosso estudo pretende responder à seguinte hipótese:

Hipótese 3: As empresas pertencentes a setores ambientais e socialmente sensíveis são mais propensas a recorrer à verificação dos relatórios de sustentabilidade.

3.2.2. Metodologia

3.2.2.1. Amostra

No seguimento do Ensaio 1- Caracterização das empresas portuguesas e espanholas que publicam Relatórios de Sustentabilidade- e da base de dados contruída através dos dados

disponibilizados pelo GRI, é esperado no Ensaio 2 uma redução do universo inicial, ou seja, redução no nº de organizações presentes na amostra.

Conforme expressa a figura abaixo, do total de 273 Relatórios de Sustentabilidade, para a continuação do estudo assumiremos a mesma informação à exceção de uma condição. Apenas serão tidas em conta as organizações que recorrem à verificação externa dos seus Relatórios de Sustentabilidade publicados. A atual amostra será representada por 125 Relatórios de Sustentabilidade, em que 105 Relatórios de Sustentabilidade são de organizações espanholas e 25 Relatórios de Sustentabilidade são de organizações portuguesas.

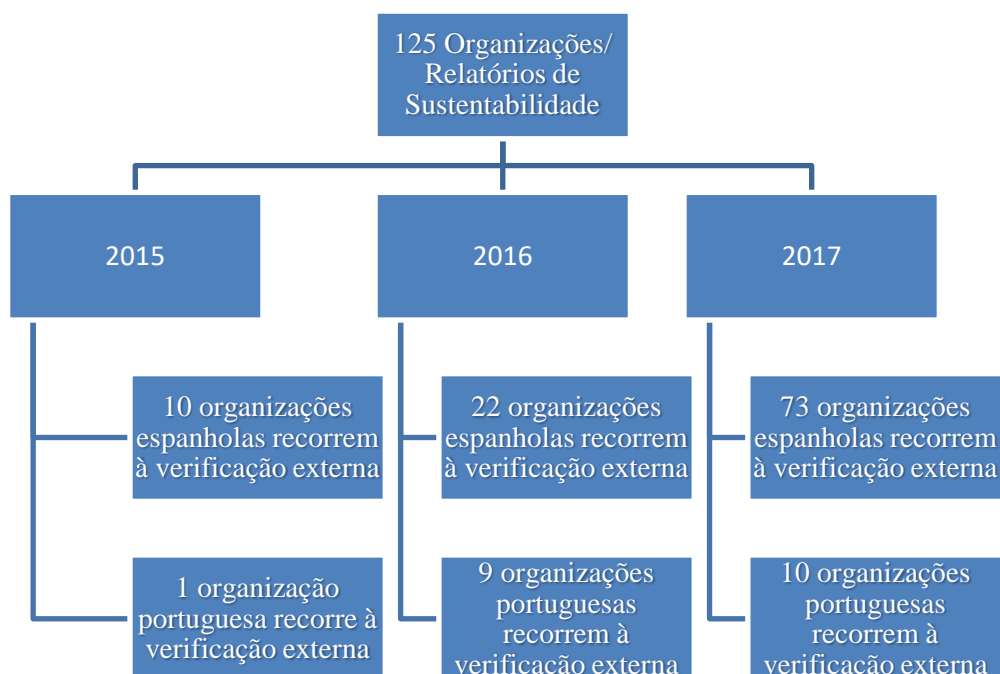


Figura 5 - Caracterização da amostra do Ensaio 2

Fonte: Elaboração própria

3.2.2.2. Recolha de dados

O processo de recolha de dados para o 2º ensaio da investigação foi elaborado segundo a informação contruída no Software Microsoft Office Excel 2016 para o Ensaio 1. Neste 2º ensaio foi imposta a condição de apenas incluir as organizações que recorrem à verificação

externa dos seus Relatórios de Sustentabilidade publicados no GRI, designada por 1 (em que a organização recorre à verificação externa).

- Verificação externa: Sim-1, Não- 0

Com base nesta condição reduziu-se a nossa amostra para 125 empresas que publicam relatórios de sustentabilidade no GRI e que recorrem à verificação externa.

3.2.2.3. Tratamento de dados

Do universo total no 2º ensaio analisaram-se as organizações que recorreram à verificação externa dos Relatórios de Sustentabilidade no período de 2015 a 2017 (sendo que mais uma vez aplicou-se o mesmo método de escolha de período) - apenas o ano mais recente que cada organização publicou o Relatório de Sustentabilidade no GRI. Neste ensaio a variável dependente a ter em conta será VE (verificação externa) que assumirá valores entre 0- caso a organização não recorra à verificação externa do seu relatório de sustentabilidade- e 1- caso a organização recorra à verificação externa do seu relatório de sustentabilidade. Tal como referido anteriormente, diversos estudos utilizam como variável resposta o interesse de obter um resultado dicotómico podendo receber os valores 0 (zero) e 1 (um), consoante determinado fenómeno ou comportamento se verifique, ou se pelo contrário não se verifique.

Para determinar se a procura de auditoria/ verificação aos relatórios de sustentabilidade poderá ter influência na empresa auditora, dimensão da organização, empresa Big4 ou não, e no setor de atividade da organização. Procedeu-se à elaboração de um modelo estatístico, tendo por base a tabela de dados construída no Ensaio 1 através do Software Microsoft Office Excel 2016 (informação obtida através do levantamento de dados publicados no GRI).

Neste 2º ensaio as hipóteses a testar serão analisadas através de estatística univariada, ou seja, as variáveis serão verificadas de maneira isolada através da análise da correlação entre as diferentes variáveis.

A análise da correlação entre diferentes variáveis indica-nos a força e a direção da associação de um par de variáveis, isto é, verifica, se a variação de uma variável provoca a variação no outro conjunto de dados da outra variável, determinando, também, qual o grau e a direção de associação dessa variação.

O coeficiente de correlação linear (r) tem as seguintes propriedades:

- $r=1$: relação linear perfeita e positiva;
- $r=0$: inexistência linear;
- $r=-1$: relação linear perfeita e negativa;
- $r>0$: relação linear positiva;
- $r<0$: relação linear negativa;
- Mede a direção e o grau (intensidade) das variáveis.

Para efetuar o estudo estatístico recorreremos ao programa estatístico SPSS (versão 25) com a aplicação do teste de Qui-Quadrado, através da análise das tabelas de contingência (“*cross tabs*”) que têm como objetivo identificar a inter-relação das variáveis.

Através do Qui- Quadrado podemos testar as seguintes hipóteses:

H_0 = as variáveis são independentes entre si

H_1 = as variáveis não são independentes entre si

Assim este tipo de teste tem a finalidade de examinar as relações entre as variáveis em estudo e verificar as relações de dependência entre as mesmas. Se as diferenças entre os valores observados e esperados não se considerarem significativamente diferentes, as variáveis são independentes, ou seja, o valor do teste pertence à região de aceitação. Caso contrário, rejeita-se a hipótese da independência, ou seja, o valor do teste pertence à região crítica (Maroco, 2003).

4. Apresentação e discussão de resultados

4.1. Ensaio 1 – Caracterização das empresas portuguesas e espanholas que publicam Relatórios de Sustentabilidade

Neste primeiro ensaio pretende-se caracterizar as empresas portuguesas e espanholas registadas no GRI que publicam Relatórios de Sustentabilidade, de forma a obter uma base de dados completa e a ser possível conhecer as empresas para o Ensaio 2. Por isso espera-se através do universo recolhido quantificar as organizações portuguesas e espanholas; verificar qual o ano de publicação do relatório de sustentabilidade mais recente de cada organização, num período entre 2015 a 2017; identificar para cada organização: qual o setor de atividade praticado, qual o tipo de empresa, e qual a dimensão; identificar qual a diretriz GRI; e no caso de recorrer a uma auditoria externa quais os normativos aplicados.

Nesta linha espera-se à posteriori obter uma amostra reduzida como base de estudo para o 2º ensaio, onde apenas serão consideradas as organizações que recorrem à verificação externa dos seus relatórios de sustentabilidade.

Do total de 273 Relatórios de Sustentabilidade representam 273 organizações espanholas e portuguesas não repetidas, em que, 223 são organizações espanholas e as restantes 50 portuguesas. Percentualmente as organizações espanholas detêm mais de 75% do universo inicial aproximadamente 81.68% e que os restantes 18.32% correspondem a empresas portuguesas.

Posto isto, a tabela seguinte representa o universo inicial.

Tabela 2 - Tabela de frequências do universo inicial

	2015		2016		2017		Total	Total %
	Nº	frequência %	Nº	frequência %	Nº	frequência %		
Espanha	18	75%	46	62%	159	91%	223	81,68%
Portugal	6	25%	28	38%	16	9%	50	18,32%
Total anual	24	9%	74	27%	175	64%	273	100%

Fonte: Elaboração própria

Último Ano (período) de Publicação

Partindo do total de 606 Relatórios de Sustentabilidade publicados de organizações portuguesas e espanholas encontrados para o período entre 2015 a 2017, é possível observar através do gráfico abaixo que:

Ano 2015: Foram publicados 213 Relatórios de Sustentabilidade, em que 24 desses Relatórios de Sustentabilidade o último ano de publicação foi o ano de 2015 (18 de organizações espanholas e 6 de organizações portuguesas);

Ano 2016: Foram publicados 218 Relatórios de Sustentabilidade, em que 74 desses Relatórios de Sustentabilidade o último ano de publicação foi o ano de 2016 (46 de organizações espanholas e 28 de organizações portuguesas);

Ano 2017: Foram publicados 175 Relatórios de Sustentabilidade (159 de organizações espanholas e 16 de organizações portuguesas).

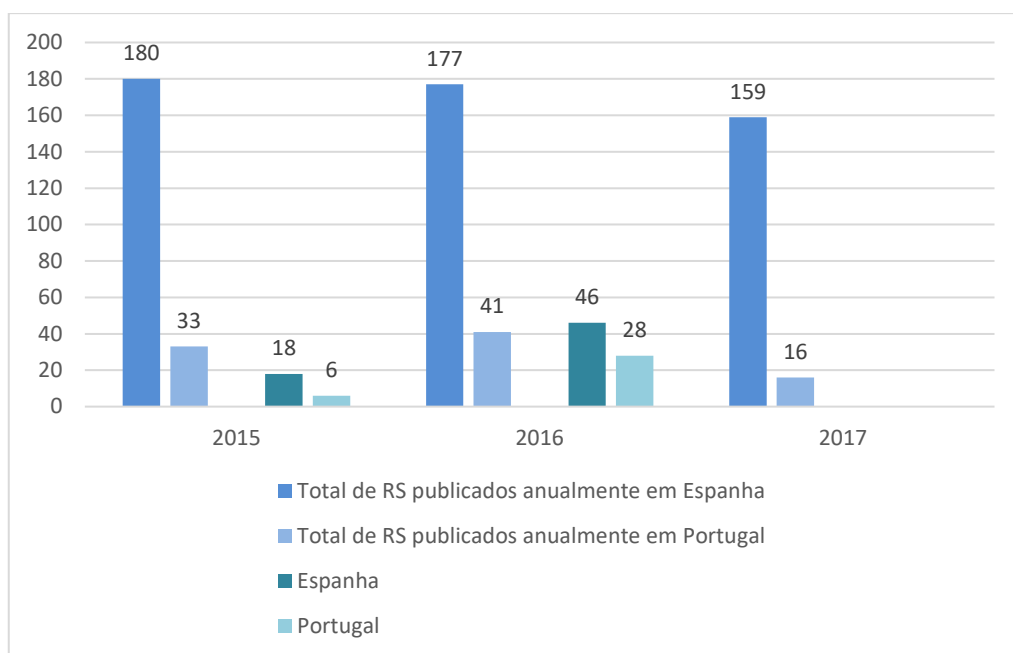


Gráfico 4 - Total de relatórios publicados anualmente vs último ano de publicação
Fonte: Elaboração própria

Face ao total de relatórios de sustentabilidade publicados, do ano 2015 para o ano 2016 verificou-se um aumento de 5 relatórios de sustentabilidade (diminuição de 3 RS de organizações espanholas e aumento de 8 RS de organizações portuguesas); do ano 2016 para o ano 2017 verificou-se uma diminuição de 43 relatórios de sustentabilidade (diminuição de 18 RS de organizações espanholas e diminuição de 25 RS de organizações portuguesas). Dadas as bibliografias encontradas, diversos autores Gomes *et al.*, (2015), Lemos, (2007) e KPMG, (2011) argumentam que anualmente se tem verificado um aumento de publicação de relatórios de sustentabilidade, dada a preocupação das organizações em adotar medidas de desenvolvimento sustentável e com isso mostrarem à sociedade as suas ações de responsabilidade. A diminuição observada para o período de publicação de 2016 para 2017, pode ser justificada pelo fato de existirem organizações que publicam relatórios de sustentabilidade de dois em dois anos. Deixando como proposição futura a verificação para o período de 2018, onde é esperado um aumento de publicação de relatórios de sustentabilidade face ao ano 2017.

De acordo com diversos estudos analisados como Choi *et al.*, (2010) e Branco *et al.*, (2014) é frequente os autores agruparem os setores por ano para comparação entre os anos. Neste caso, como o universo referente às empresas portuguesas é muito reduzido, tornava-se impraticável fazer uma análise anualmente por isso foram agrupados os conjuntos de anos

2015, 2016 e 2017 num período único para as próximas análises, sendo que por defeito as organizações que publicam todos os anos relatórios de sustentabilidade é contabilizado o ano mais recente (2017).

Setor de Atividade

Em resposta ao quarto objetivo proposto neste 1º ensaio, e do conjunto de organizações que publicam relatórios de sustentabilidade, é importante classificar o setor de atividade em que estas estão inseridas, pois este pode estar subjacente à sua adoção de relatórios de sustentabilidade. No período em análise, os principais setores de atividade que detêm de relatórios de sustentabilidade publicados no GRI são serviços financeiros $\frac{33}{273} = 12.09\%$, que segundo Kolk and Perego, (2010), dado o aumento da procura de responsabilização e informação credível por parte das organizações, este setor deve ser considerado de importante análise na análise de adoção de relatórios de sustentabilidade; outros $\frac{21}{273} = 7.69\%$; serviços sem fins lucrativos $\frac{17}{273} = 6.23\%$ e também com o mesmo valor serviços de saúde. É de referir que as organizações que identificaram o tipo de setor como “outros”, são empresas como Abreu Advogados (advocacia), Abertis (infraestruturas de transportes e telecomunicações), Fluidra (desenvolvimento de aplicações para o uso sustentável da água), GS Inima Environment (especializada em atividades de meio ambiente), entre outros. Esta classificação de setor destas empresas, enumeradas acima, poderá ser explicada pelo facto de a organização não encontrar a denominação mais correta para a sua identificação, uma vez que não é observada qualquer ligação entre si (diferente dimensão, tipo de organização).

Os setores com menores percentagens de relatórios de sustentabilidade publicados no GRI são agricultura, bens de consumo duradouros, computadores e tecnologia de hardware que representam apenas $\frac{1}{273} = 0.37\%$ cada setor. (gráfico abaixo)

Neste 1º ensaio observamos ainda um grande conjunto de setores de atividade diferentes (cerca de 34) praticados no conjunto de organizações, razão essa também pelo facto de o universo ser ainda muito abrangente. No 2º ensaio será observado para um universo menor a influência do setor e aí poderemos analisar mais em concreto a correlação existente entre o setor e o nº de organizações verificadas.

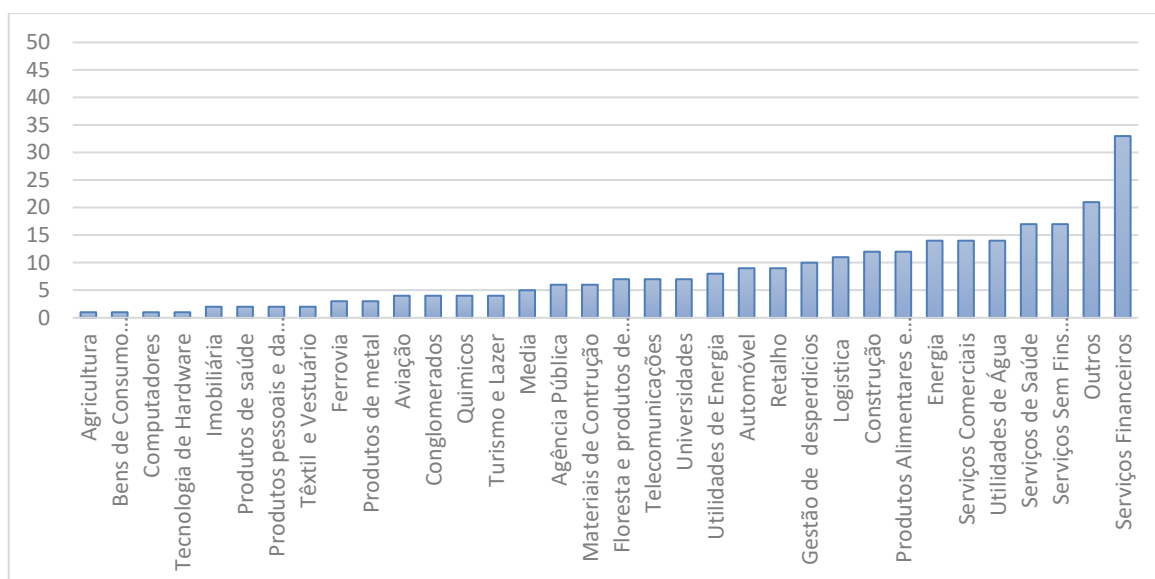


Gráfico 5 - Relatórios publicados por setor de atividade

Fonte: Elaboração própria

Tipo de organização

Outra variável analisada no quarto objetivo proposto no 1º ensaio foi o tipo de organização¹³. Para o total de organizações (espanholas e portuguesas) observadas podemos, através da tabela abaixo, verificar que $\frac{174}{273}=63.74\%$ são empresas privadas, $\frac{26}{273}=9.53\%$ são organizações sem fins lucrativos, $\frac{24}{273}=8.79\%$ são empresas do estado, $\frac{20}{273}=7.33\%$ empresas públicas, $\frac{18}{273}=6.59\%$ empresas subsidiárias, $\frac{10}{273}=3.66\%$ empresas cooperativas e por fim $\frac{1}{273}=0.37\%$ são parcerias.

É conclusivo, conforme tabela abaixo que, quer no caso das organizações portuguesas como espanholas, as empresas privadas representam mais de 50% do total de organizações (portuguesas $\frac{31}{50}=62\%$ espanholas $\frac{143}{273}=52.38\%$ individualmente). Segundo Branco *et al.*, (2014) estes resultados podem estar subjacentes à recuperação da crise da dívida pública e as consequências que trouxeram para o estado, que foi particularmente grave em Portugal e Espanha. Um outro fator que pode ser justificação, é o contexto sociocultural.

¹³ Em anexo (8.2: Caracterização da dimensão da empresa, tipo de empresa, diretiva do GRI aplicada no relatório), definição completa de cada tipo de organização existente e aplicada nos Relatórios de Sustentabilidade publicados no GRI.

Tabela 3 - Relatórios por tipo de empresa

	Nº de empresas		Total em %
Tipo de empresa	Espanha	Portugal	
Privada	143	31	64%
Organização sem fins lucrativos	25	1	10%
Empresa do Estado	12	12	9%
Pública	17	3	7%
Subsidiária	15	3	7%
Cooperativa	10	0	4%
Parceria	1	0	0%
Total	223	50	1

Fonte: Elaboração própria

Dimensão

Por fim em conclusão de análise ao quarto objetivo proposto neste 1º ensaio, das organizações em estudo a dimensão¹⁴ mostra ser relevante para a escolha de publicação de relatórios de sustentabilidade, segundo Beja, (2005) o grande desafio das organizações é adotarem uma prática que não é obrigatória levando a que a sua utilização plena implique uma considerável dimensão empresarial dado o investimento que dela implica. E, ainda segundo KPMG, (2011) “Bigger is often better”, verificou-se que as empresas de maior dimensão com uma receita superior a US \$ 50 bilhões realizam relatórios de sustentabilidade duas vezes mais, face às empresas com receitas abaixo de US \$ 1 bilhão. Apresentando como conclusões futuras que as organizações com maior nível de receita corriam o risco de serem vistas como menos transparentes face às suas concorrentes e que as organizações com um nível de receita mais baixo e que adotassem a realização de relatórios de sustentabilidade vissem como uma oportunidade de diferenciação competitiva.

Como observado no gráfico abaixo do total do universo $\frac{186}{273} = 68.13\%$ representam empresas de grande dimensão - 147 organizações espanholas e 39 organizações portuguesas-, ou seja, detêm 250 ou mais colaboradores e o valor de negócio é superior a 50 Milhões/€ ou o total do balanço superior a 43 Milhões/€. $\frac{54}{273} = 19.78\%$ são PMEs (pequenas ou médias empresas) - 49 organizações espanholas e 5 organizações portuguesas-, ou seja, detêm

¹⁴ Em anexo (8.2: Caracterização da dimensão da empresa, tipo de empresa, diretiva do GRI aplicada no relatório), definição completa da dimensão da organização e aplicação nos Relatórios de Sustentabilidade publicados no GRI.

menos de 250 colaboradores e o valor de negócio é igual ou inferior a 50 Milhões/€ ou o total do balanço é igual ou inferior a 43 Milhões/€. Por fim as EM (empresas multinacionais), representam $\frac{33}{273} = 12.09\%$ - 27 organizações espanholas e 6 organizações portuguesas-, ou seja, detêm 250 ou mais colaboradores e o valor de negócio é superior a 50 Milhões/€ ou o total do balanço superior a 43 Milhões/€.

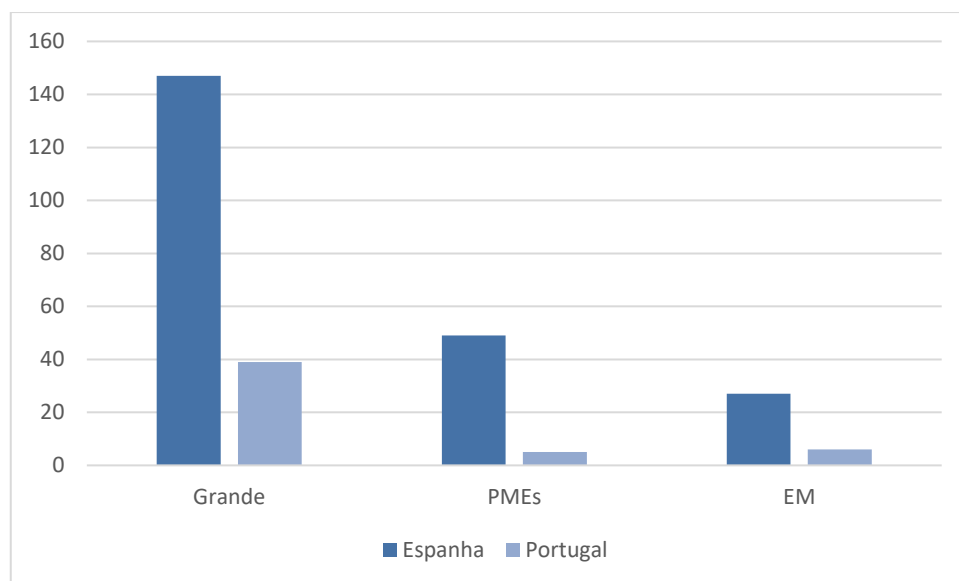


Gráfico 6 - Relatórios publicados por dimensão da empresa Espanhola e Portuguesa
 Fonte: Elaboração própria

Versão GRI

Face ao quinto objetivo proposto no 1º ensaio e com base no modelo de divulgação de relatórios de sustentabilidade empresarial proposto pelo *Global Reporting Initiative* (GRI) a diretriz GRI¹⁵ mais aplicada é a G4 $\frac{217}{273} = 79.49\%$, seguida da Non-GRI $\frac{36}{273} = 13.19\%$, citting $\frac{11}{273} = 4.03\%$, G3.1 $\frac{3}{273} = 1.10\%$, Standard 2017 $\frac{4}{273} = 1.47\%$, G3 $\frac{1}{273} = 0.37\%$, Standard 2016 $\frac{1}{273} = 0.37\%$.

De acordo com Trebucq *et al.*, (2008) citado por Gomes, (2012) referem que a adoção da estrutura do GRI constitui um bom início para a divulgação voluntária de

¹⁵ Em anexo (8.2: Caracterização da dimensão da empresa, tipo de empresa, diretiva do GRI aplicada no relatório), definição das diretrizes do GRI e aplicação nos Relatórios de Sustentabilidade publicados no GRI.

informação, pois tem o potencial de ganhar visibilidade e controlo do desempenho económico, ambiental e social da empresa.

A norma de verificação GRI é utilizada em praticamente todos os relatórios de sustentabilidade deste estudo com base nas diferentes diretrizes existentes do GRI (G3, G3.1, G4, Standard 2016/2017, Citiing, Non-gri). As organizações adotam esta diretriz como forma de descrever o desempenho de sustentabilidade das organizações e estabelecer critérios de avaliação que à posteriori são aplicados procedimentos de auditoria para verificar a sua conformidade.

A versão G4 das diretrizes do GRI, surgiu em maio de 2013, G4, comparativamente com a versão anterior G3, têm a materialidade como principal critério para a sua implementação. A ênfase na materialidade incentiva as organizações a fornecer informação que seja crítica para o seu negócio e stakeholders. Assim, a G4 permite a elaboração de relatórios que se concentram nos impactos relevantes para as organizações e para a sociedade, ou seja, documentos estratégicos, focados, credíveis, e mais fáceis de consultar pelos stakeholders (PWC, 2013).

No entanto apesar desta diretriz nesta investigação ser a mais utilizada, já se verifica, apesar de muito mínima, a implementação do novo formato de diretriz, GRI Standard, que garante às empresas reladoras distinções mais claras entre o que é requisito, recomendação e orientação para se declarar de acordo com as opções GRI Standards – Essencial ou Abrangente (GRI Standard- passou para total aplicação no dia 30 de junho de 2018, sendo que anteriormente já era adotada por algumas empresas reladoras). Sabe-se que, até aqui, muitas empresas declaravam reportar com G4, mas não seguiam a metodologia de forma adequada. O GRI Standards apresenta um maior rigor e fornece um pouco mais de firmeza quanto ao uso da metodologia. Contudo, há flexibilidade para relatar parte do conteúdo ou uma série específica -: ambiental, social ou económico.¹⁶

De acordo com o GRI, - nenhum tópico novo foi adicionado, portanto contem todos os conteúdos das Diretrizes G4. Espera-se que o impacto da mais recente versão GRI, para as empresas e organizações que usam o framework G4, seja mínimo com o apoio das ferramentas.

¹⁶ <http://www.ek2.com.br/destaque-492-transicao-g4-para-gri-standards-primeira-norma-global>
acedido em Janeiro de 2019.

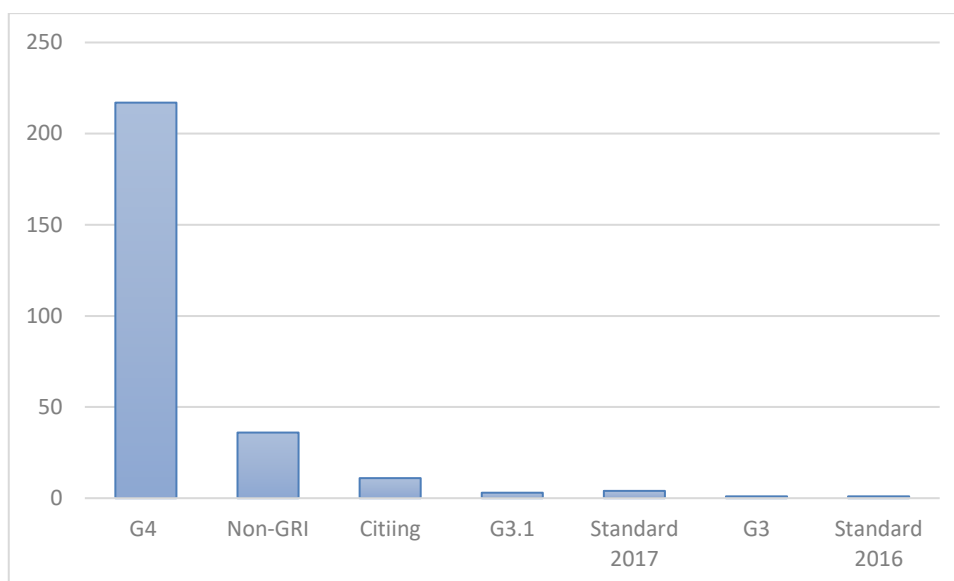


Gráfico 7 - Elaboração dos relatórios de sustentabilidade segundo as diretrizes do GRI
 Fonte: Elaboração própria

Verificação Externa

Como referido anteriormente, nesta investigação foi utilizada como ponto de partida uma base de dados elaborada pelo GRI, em que é esperado que os relatórios de sustentabilidade sigam uma estrutura semelhante de apresentação da informação de desempenho ambiental, social e económico da organização. Todavia, esta informação é voluntária e algumas organizações podem ou não recorrer à sua verificação. E, como preparação para o Ensaio 2 e por questões de verificabilidade fez-se uma divisão do total da amostra: quantos desses relatórios de sustentabilidade recorrem à auditoria externa, e dos que recorrem, quais as normas de verificação e de *assurance* aplicadas.

De acordo com o GRI, (2006) para que um relatório possa estar sujeito a verificação, o processo de envolvimento das partes interessadas deverá estar documentado, tendo em conta que a incapacidade de as identificar e envolver reduz a probabilidade dos relatórios serem adequados às necessidades das mesmas.

Através do gráfico abaixo é possível observar que o número de empresas portuguesas e espanholas que recorre à auditoria externa é inferior face às empresas que não recorrem. Assim do universo inicial existe uma redução para 125 empresas, em que apenas 40% das empresas portuguesas e 47.09% das empresas espanholas recorrem à auditoria externa. Análise que será abordada no Ensaio 2.

Segundo Perego, (2009) a procura voluntária de verificação externa pode ser explicada pelo facto de a empresa relatora querer aumentar a credibilidade do seu relatório. Essas alegações são consistentes com pesquisas anteriores em auditoria, indicando que a verificação de terceiros proporciona maior confiança ao utilizador na confiabilidade das informações divulgadas.

Conforme diversos estudos como KPMG, (2007) referiram que menos de cerca de 50% das organizações recorrem à verificação externa. Nesta investigação é observado o mesmo tanto para Portugal como para Espanha, e ainda, segundo Dhaliwal *et al.*, (2012) citado por Branco *et al.*, (2014) em Portugal dos 40 relatórios encontrados, 35% mostravam ser auditados, valor este semelhante à nossa atual amostra referente às empresas portuguesas. É verificado que os valores estão aproximados dos 50%, que poderá ser justificado pelo fato de todos os relatórios estarem publicados na base de dados do GRI oferecendo às organizações um maior nível de reputação e credibilidade. Outra justificação poderá ser encontrada no fato da amostra ser maioritariamente constituída por empresas de grande dimensão em que os custos desta prática são mais fáceis de gerir.

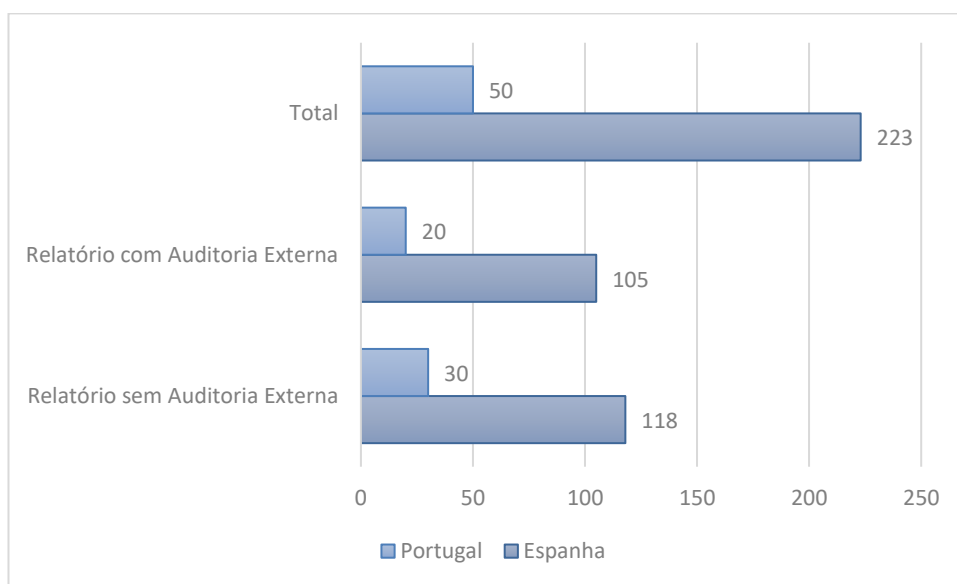


Gráfico 8 - Relatórios que recorrem à verificação externa

Fonte: Elaboração própria

Normativos de Auditoria

Neste último ponto a analisar no 1º ensaio, pretende-se observar do conjunto de empresas que recorrem à verificação externa, quantas utilizam como norma de verificação o

GRI e/ ou normas de *assurance* como ISAE 3000, AA1000AS, ou ainda as três normas em simultâneo como mostra o gráfico abaixo.

Face às normas de *assurance* ISAE 3000 e AA1000AS e segundo Eugénio e Gomes (2013); Ackers, (2009); Manetti e Becatti, (2009) afirmam que a norma de *assurance* predominante nos diversos estudos entre diferentes países é a ISAE 3000. No nosso estudo, é observada esta tendência dado que 17 empresas portuguesas utilizam esta norma e apenas 8 utilizam AA1000AS, verificando-se o semelhante para as empresas espanholas, 48 utilizam como norma de *assurance* ISAE 3000 e apenas 28 utilizam AA1000AS.

Segundo Martinov-Bennie *et al.*, (2012) citado por Gomes *et al.*, (2015) a aplicação das duas normas de *assurance* em simultâneo verifica-se e é possível, o que não é surpresa dado que estas normas são complementares e não substitutas, conforme verificado abaixo, 7 empresas portuguesas e 15 empresas espanholas adotam a norma de verificação GRI e as normas de *assurance* ISAE 3000 e AA1000AS em conjunto.

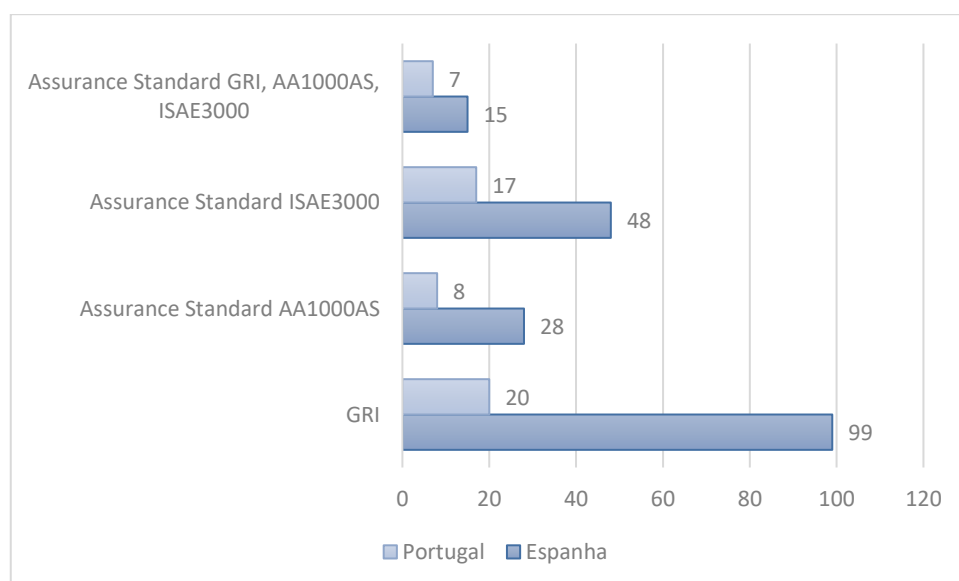


Gráfico 9 - Normativos de Auditoria

Fonte: Elaboração própria

A extensão do conceito de sustentabilidade nas organizações, aparece cada vez mais, como um aspeto de relevância e reforço da sua postura responsável face ao meio ambiente. É observado que de um modo geral existe um aumento da publicação de relatórios de sustentabilidade; o setor predominando é o “setor financeiro”; o tipo de organização é na sua maioria “privado”; a dimensão predominante é “grande”; a versão GRI mais aplicada é a

“G4” e que cerca de 45% das organizações recorre à verificação externa dos relatórios de sustentabilidade.

Após a caracterização da publicação dos Relatórios de Sustentabilidade por parte das empresas portuguesas e espanholas apresenta-se no ponto seguinte os resultados do 2º ensaio, relativo à qualidade da auditoria.

4.2. Ensaio 2 – Fatores que condicionam a qualidade de auditoria nos Relatórios de Sustentabilidade

O 2º ensaio tem como objetivo identificar os fatores que condicionam as organizações a recorrer à verificação externa dos Relatórios de Sustentabilidade. Para tal a amostra utilizada no 1º ensaio foi reduzida a 125 empresas portuguesas e espanholas, isto é, foram apenas incluídas as empresas que recorrem à verificação externa dos Relatórios de Sustentabilidade publicados no GRI. Em que $\frac{105}{223}=47.09\%$ são empresas espanholas e $\frac{20}{50}=40\%$ são empresas portuguesas que recorrem à verificação externa dos seus relatórios de sustentabilidade.

A realização de relatórios de sustentabilidade nas organizações parte da própria iniciativa das organizações. E, apesar dos princípios e objetivos que os constituem não serem solicitados às empresas que demonstrem no relatório o detalhe da sua adoção, deve ter uma explicação suficiente de como foram aplicados. Segundo as diretrizes do GRI, (2006) os princípios fundamentais como transparência e inclusão são os pontos de partida para a elaboração de relatórios e estão na base da criação de todos os outros princípios. Todas as decisões acerca dos relatórios (por exemplo: como, quando e o quê) devem considerar estes dois princípios.

Tendo em conta a informação analisada no Ensaio 1, em que do total de Relatórios de Sustentabilidade publicados no GRI estes diminuíram do ano 2016 para o ano 2017. Através da tabela abaixo é possível analisar que para o ano mais recente de publicação de cada organização se tenha verificado um aumento substancial no último ano 2017 (66%).

Tabela 4 - Tabela de frequências da amostra do Ensaio 2

	2015		2016		2017		Total
	Nº	frequência %	Nº	frequência %	Nº	frequência %	
Espanha	10	91%	22	71%	73	88%	105
Portugal	1	9%	9	29%	10	12%	20
Total anual	11	9%	31	25%	83	66%	125

Fonte: Elaboração própria

A verificação dos relatórios de sustentabilidade é ainda uma prática recente, dado que não é um fator obrigatório. As organizações que a adotam pretendem com essa verificação garantir aos seus stakeholders e ao meio envolvente uma qualidade da informação divulgada, ou seja, garantir a qualidade da verificação prestada.

No seguimento da informação apresentada no tratamento dos dados, neste ensaio será aplicado um modelo estatístico através do teste de Qui-Quadrado. Em que, serão analisadas as hipóteses individualmente, examinando as relações entre as variáveis em estudo e as possíveis relações de dependência entre as mesmas, com o auxílio de correlações de investigações anteriores.

Posto isto na primeira hipótese,

Hipótese 1: As organizações ao recorrerem à verificação externa condicionam a sua escolha a uma empresa de auditoria que pertença às Big4.

Literaturas recentes mostraram que atualmente destacam-se no ramo de auditoria algumas empresas como líderes do setor de auditoria designadas pelas Big4 e que proporcionam uma maior qualidade na auditoria efetuada. Estendendo este argumento Watts e Zimmerman, (1983) sugerem que as empresas de auditoria têm como incentivo monitorar o comportamento das outras empresas concorrentes, uma vez que a falha de uma pode afetar a credibilidade. E Francis, (2004), Perego, (2009) e Kolk e Perego, (2010), Becker *et al.*, (1998), DeFond e Zhang, (2014) afirmam que empresas de auditoria de grande dimensão como no caso de Big4¹⁷ têm uma reputação a manter perante o mercado e a sua carteira de

¹⁷ Organizações que apresentam uma disposição e capacidade em se expandir para novas áreas de negócios e potencialmente lucrativas através de uma base tradicional em auditoria, tributação e insolvência. Neste estudo consideramos como empresas de auditoria de grande dimensão as empresas pertencentes às Big4.

clientes e apresentam uma maior credibilidade ao público. E dado o seu poder conseguem impor mecanismos internos de controlo (incentivos e/ou motivação) para garantir a qualidade consistente dos relatórios emitidos e assim fornecer uma melhor auditoria.

E ainda a experiência, segundo Libby e Frederick, (1990) demonstra ser um fator influenciável dado que auditores juniores possuem menos know-how, face a auditores seniores. Como também o número de reservas ou ênfases, que um auditor emite, e a velocidade com que deteta erros e/ou omissões por parte das organizações. Segundo DeAngelo, (1981) o tamanho da empresa auditora é um proxy para uma melhor qualidade de auditoria na organização auditada, apoiado pelo fato de ter padrões bem desenvolvidos “globais”, independência e requisitos éticos, e mecanismos de controlo de qualidade para ajudar a garantir a qualidade de quaisquer relatórios de *assurance* que são emitidos pelos auditores.

Segundo Gomes *et al.*, (2015), a empresa de auditoria, PricewaterhouseCoopers (PWC), pertencente às Big4 é a que maior marca presença nos mercados. Assim como consistente com esta informação KPMG, (2011, 2013) afirmam tanto nas G250 e N100 que dominam as maiores organizações de auditoria.

Dados os argumentos acima e a ausência de dados contraditórios, assume-se que quanto maior for a dimensão da empresa auditada (Big4), maior será a qualidade da auditoria, e que alguns dos fatores subjacentes são: a empresa que audita apresentar uma postura mais conservadora; experiência; tipo de auditoria aprovacionada (Abughazaleh *et al.*, 2015); formato do relatório e o tipo de procedimentos adotados na verificação (Perego, 2009).

Segundo a tabela abaixo, as variáveis referentes à empresa de auditoria tomam valores entre 0- não dispõe de verificação externa e/ou empresa de auditoria, 1- empresa de auditoria não pertencente às Big4 (Bureau Veritas, AENOR, SGS e Outros) e, 2- empresa de auditoria pertencente às Big4 (Deloitte, Ernst & Young, KPMG e PWC).

Nesta primeira parte para o caso das organizações que recorrem à verificação externa é observável que as empresas de auditoria mais recorrentes são as Big4 em que representam $\frac{75}{125} = 60.0\%$ (Deloitte, Ernst & Young, KPMG e PWC) e que os restantes $\frac{50}{125} = 40.0\%$ representam outras empresas de auditoria (Bureau Veritas, AENOR, SGS e Outros).

Tabela 5 - Tabela cruzada empresa de auditoria vs verificação externa

		Verificação externa		Total
		0	1	
Empresa de auditoria	0	148	0	148
	1	0	50	50
	2	0	75	75
Total		148	125	273

Fonte: Elaboração própria

Face à informação acima apresentada este resultado é consistente com a literatura anteriormente examinada, em que a verificação externa é na sua maioria proporcionada por empresas Big4, conforme estudos (Junior *et al.*, 2014; Cheng *et al.*, 2012; Hodge *et al.*, 2009).

Aplicando o teste de Qui-Quadrado pretende-se examinar a veracidade da primeira hipótese verificando se as organizações ao recorrerem à verificação externa condicionam a sua escolha a uma empresa de auditoria que pertença às Big4.

H0 - Empresa auditora ser Big4 e a verificação externa são variáveis independentes.

H1 - Existe relação entre as variáveis: empresa auditora ser Big4 e a verificação externa.

Tabela 6 - Teste QI Quadrado empresa auditora ser Big4 vs verificação externa

		Verificação externa	Empresa de Auditoria
Verificação externa	Correlação de Pearson	1	,923**
	Sig. (2 extremidades)		,000
	N	273	273
Empresa de Auditoria	Correlação de Pearson	,923**	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	
	N	273	273

**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Sendo $p\text{-value} < 0,001$, valor inferior a 0,01, rejeitamos a hipótese H_0 , isto é, para os dados da nossa amostra a empresa auditora ser Big4 e a verificação externa são variáveis dependentes, ou seja, a correlação entre as duas variáveis é bastante significativa.

Logo aceitamos a hipótese H_1 , conclui-se que a Hipótese 1 é verdadeira.

Já para a segunda hipótese,

Hipótese 2: A dimensão da organização condiciona as empresas a recorrer à verificação externa.

Atualmente a aplicação de auditoria aos relatórios de sustentabilidade serve como um mecanismo de apresentação e comunicação da organização com a condição fundamental de estabelecer a ligação entre o desempenho de sustentabilidade social/ ambiental e o desempenho financeiro. A auditoria aos relatórios de sustentabilidade envolve custos e benefícios à organização, incentivados pelo retorno de benefícios ser superior aos custos envolvidos, Simnett *et al.*, (2009) defende que as organizações que tencionam apresentar credibilidade nos seus relatórios de sustentabilidade e demonstrar um maior nível de responsabilidade social e/ou reputação adotam a auditoria dos relatórios de sustentabilidade.

Autores como Kolk e Perego, (2010), Simnett *et al.*, (2009), descobriram que as empresas de grande dimensão são significativamente mais propícias a ter os seus relatórios de sustentabilidade auditados, complementarmente García-Benau *et al.*, (2012) através de um estudo defendeu que a auditoria/verificação dos relatórios de sustentabilidade é influenciada por diversas variáveis, uma delas a dimensão da organização.

Neste seguimento as maiores empresas recorrem à publicação destes relatórios para assim criar ou manter a sua reputação corporativa perante a sociedade. Diversos estudos chegaram a esta mesma conclusão, nomeadamente, Branco e Rodrigues, (2008), Perego, (2009) e Romero *et al.*, (2010)

Em conformidade com estes argumentos e dado o elevado desenvolvimento e preocupação de meios para atingir um maior nível de sustentabilidade nas organizações é esperado que quanto maior a dimensão da empresa auditada maior a qualidade de auditoria verificada nos relatórios de sustentabilidade.

As variáveis referentes à dimensão da organização tomam valores entre 0- pequenas e médias empresas (PME), 1- empresas multinacionais (MNEs ou EM), 2- grandes empresas (G). Ver os critérios de como foram utilizados para a classificação segundo o GRI (Anexo

8.2: Caracterização da dimensão da empresa, tipo de empresa, diretiva do GRI aplicada no relatório).

Para o caso das organizações que recorrem à verificação externa é observável que as empresas de grande dimensão representam $\frac{104}{125} = 83.2\%$, empresas multinacionais $\frac{10}{125} = 8\%$ e que $\frac{11}{125} = 8.88\%$ representam pequenas e médias empresas.

Tabela 7 - Tabela cruzada dimensão vs verificação externa

		Verificação externa		Total
		0	1	
Dimensão	1	43	11	54
	2	23	10	33
	3	82	104	186
Total		148	125	273

Fonte: Elaboração própria

A dimensão de uma organização tem sido uma variável decisiva para a verificação externa, pois conforme apoiado na revisão de literatura apresentada, as empresas de maior dimensão detêm uma maior preocupação e visibilidade na divulgação da informação (Wilmschurst e Frost, 2000), e são responsáveis por uma maior quantidade e qualidade de informação ambiental e social divulgada (Moneva e Llena, 2000).

Aplicando o teste de Qui-Quadrado pretende-se assim examinar a veracidade da segunda hipótese verificando se a dimensão da organização condiciona as empresas a recorrer à verificação externa.

H0 - Dimensão da organização e a verificação externa são variáveis independentes.

H1 - Existe relação entre as variáveis: dimensão da organização e a verificação externa.

Tabela 8 - Teste QI Quadrado dimensão da organização vs verificação externa

		Verificação externa	Dimensão
Verificação externa	Correlação de Pearson	1	,298**
	Sig. (2 extremidades)		,000

	N	273	273
Dimensão	Correlação de Pearson	,298**	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	
	N	273	273

**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Sendo $p\text{-value} < 0,001$, valor inferior a 0,01, rejeitamos a hipótese H_0 , isto é, para os dados da nossa amostra a dimensão da organização e a verificação externa são variáveis dependentes, no entanto, a correlação entre as duas variáveis é fraca.

Logo aceitamos a hipótese H_1 , conclui-se que a Hipótese 1 é verdadeira.

Já para a terceira hipótese,

Hipótese 3: As empresas pertencentes a setores ambientais e socialmente sensíveis são mais propensas a recorrer à verificação dos relatórios de sustentabilidade.

A comunicação das organizações em adotar medidas de sustentabilidade, pode sinalizar a qualidade da empresa, particularmente nos mercados competitivos. Os setores mais sensíveis ambientalmente e socialmente tendem a adotar um maior volume de programas sociais e ambientais e um maior número de iniciativas de sustentabilidade, como forma de verem os seus esforços de sustentabilidade como oportunidades importantes para se diferenciarem positivamente nos mercados.

Autores como Gallego, (2006), Llena *et al.*, (2007) definem que o setor de atividade é como um fator explicativo da divulgação ambiental, distinguindo os setores consoante os efeitos gerados no meio ambiente, seja mais ou menos elevado ou “crítico”. Também outros estudos divulgados por Kolk e Perego, (2010), Deegan e Gordon, (1996); afirmam que existem diferenças significativas, quer na quantidade quer na qualidade da informação divulgada, em função do setor de atividade que é praticado na organização. Evidenciam que existe uma correlação positiva entre a sensibilidade ambiental e o nível de divulgação ambiental corporativa.

Estudos anteriores como Adams *et al.*, (1998), Patten, (2002), García-Benau *et al.*, (2012) mostraram que existe uma associação do tipo de indústria (setor) entre o nível de riscos ambientais e sociais sentidos pelas organizações e o nível de divulgação ambiental e social. Esperando que as empresas pertencentes a indústrias com maior impacto ambiental ou social estejam mais expostas aos riscos ambientais ou sociais e tenham maior necessidade

de recorrer à verificação dos relatórios de sustentabilidade, para aumentar a confiança das organizações na credibilidade das informações divulgadas e nos relatórios de sustentabilidade que produzem.

Existem setores de atividade que são mais suscetíveis a impactos ambientais ou sociais dado a sua indústria incidir em áreas que interferem no meio ambiente e todo o seu envolvente. Simnett *et al.*, (2009) e Zorio *et al.*, (2013) defendem que a indústria determina claramente a decisão de ter o relatório de sustentabilidade auditado, entre eles, estão presentes fortes evidências de setores como empresas de serviços públicos, serviços financeiros e tecnologia e telecomunicações. Consistente com esta informação, KPMG, (2011) e García-Benau *et al.*, (2012), argumentam que os serviços financeiros, petróleo e energia e os materiais básicos são setores que influenciam na escolha da organização recorrer à verificação externa.

E ainda numa análise executada por Kolk e Perego, (2010) numa amostra de 87 organizações que publicam relatórios de sustentabilidade os setores de atividade que predominam são o setor industrial, serviços consumíveis, utilidades e serviços financeiros.

Neste 2º ensaio de forma a reduzir os diversos tipos de setores presentes (cerca de 32) e assim segmentar os mercados em setores, no contexto macroeconómico procedeu-se à classificação das atividades industriais em conjuntos segundo Industry Classification Benchmark (ICB) (Anexo 8.3: Classificação das atividades industriais).

Deste conjunto de 32 setores classificados segundo o GRI, obtivemos um total de 10, onde para o caso das organizações que recorrem à verificação externa é observável que os setores de atividade que predominam são serviços de consumo $\frac{33}{125} = 26.4\%$, serviços públicos $\frac{27}{125} = 21.6\%$ (presente em, serviços financeiros $\frac{21}{125} = 16.8\%$ e produtos industriais $\frac{14}{125} = 11.2\%$. Em suma, é possível perceber através das bibliografias analisadas e da amostra em estudo que o setor de atividade presente em todos eles, independentemente dos fatores e da amostra utilizada, é o setor de serviços financeiros.

Tabela 9 - Tabela cruzada setor de atividade vs verificação externa

		Verificação externa		Total
		0	1	
Setor de Atividade	Bens de Consumo	21	6	27
	Cuidados de Saúde	9	10	19
	Matérias básicas	4	3	7
	Outros	16	5	21
	Produtos industriais	20	14	34
	Serviços de consumo	52	33	85
	Serviços financeiros	14	21	35
	Serviços públicos	9	27	36
	Tecnologia	1	1	2
	Telecomunicações	2	5	7
Total		148	125	273

Fonte: Elaboração própria

Aplicando o teste de Qui-Quadrado pretende-se assim examinar a veracidade da terceira hipótese verificando se o setor de atividade da organização condiciona as empresas a recorrer à verificação externa.

H0 - Setor de atividade da organização e a verificação externa são variáveis independentes.

H1 - Existe relação entre as variáveis: setor de atividade da organização e a verificação externa.

Tabela 10 - Teste QI Quadrado setor de atividade vs verificação externa

		Verificação externa	Setor de Atividade
Verificação externa	Correlação de Pearson	1	-,191**
	Sig. (2 extremidades)		,002
	N	273	273
Setor de Atividade	Correlação de Pearson	-,191**	1
	Sig. (2 extremidades)	,002	
	N	273	273

****.** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Sendo $p\text{-value}=0.002$, valor inferior a 0,01, rejeitamos a hipótese H_0 , isto é, para os dados da nossa amostra o setor de atividade da organização e a verificação externa são variáveis dependentes, no entanto, a correlação entre as duas variáveis é forte e negativa.

Logo aceitamos a hipótese H_1 , conclui-se que a Hipótese 1 é verdadeira.

Desta forma, face aos resultados apresentados após a aplicação do teste Qui-Quadrado, podemos concluir que a dimensão da organização, tipo de auditor pertencer a uma Big4 e o setor de atividade condicionam a verificação externa. Posto isto, o estudo estatístico indica que os motivos que levam a organização a recorrer à verificação externa estão relacionados à sua dimensão, ao auditor pertencer a uma Big4 e ao setor de atividade praticado na sua organização.

É ainda de referir que outras variáveis poderão estar subjacentes à adoção de verificação externa como a política da empresa, normas de *assurance* aplicadas, nº de colaboradores, decisão da administração, no entanto neste estudo apenas estas foram verificadas.

5. Conclusão

O estudo empírico que foi desenvolvido teve como objetivo, num primeiro ensaio, analisar um conjunto de 273 organizações espanholas e portuguesas que publicam Relatórios de Sustentabilidade, segundo uma amostra obtida através do GRI para um período de 2015-2017. E num segundo ensaio analisar os fatores que motivam a organização a recorrer à verificação dos seus relatórios. Análise possível, dada a caracterização das variáveis na base de dados do GRI e a extensa bibliografia apresentada ao longo da investigação.

Desde a publicação do Relatório de Brundtland em 1987 e da crescente transformação e relevância do conceito de sustentabilidade (desde o final dos anos 80 e início dos anos 90), que se verifica nas organizações uma crescente preocupação e aplicação de diferentes práticas com vista ao desempenho social dos mercados (Moneva *et al.*, 2006; Mori Junior *et al.*, 2013; Perego, 2009). Práticas essas implementadas pelas organizações devido a efeitos de pressão exercida pelas organizações ambientais; estratégias para aumentar a credibilidade face ao mercado; maior transparência nos mercados; benefícios superiores aos custos, entre outros.

Um dos meios adotados pelas organizações para divulgar este conjunto de informação é através da publicação dos Relatórios de Sustentabilidade. No seguimento do pensamento de Clarkson *et al.*, (2013), Dhaliwal *et al.*, (2011) citado por Carp *et al.*, (2019), de acordo com a teoria da divulgação voluntária, as empresas pretendem demonstrar o seu desempenho em termos ambientais, sociais e económicos através de técnicas de medição, divulgação e de responsabilidade das organizações, face às diferentes partes interessadas.

Em resposta à criação de valor e diferenciação da organização, é necessário encontrar um equilíbrio entre as expectativas dos stakeholders e a publicação de informação credível e transparente, de modo a oferecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho da organização. A prática adotada pelas organizações é a auditoria ou verificação por parte de entidades externas aos relatórios de sustentabilidade, que apesar de ser voluntária, esta prática tem sido crescente a nível mundial e a nível nacional. (Kolk, 2004; Llena, e Moneva, 2002; Junior *et al.*, 2013; Simnett *et al.*, 2009).

Face à análise aos temas da dissertação e aos resultados obtidos, no 1º ensaio foi possível observar que a publicação dos relatórios de sustentabilidade para o ano mais recente divulgado aumentou e que para o período total de três anos verificou-se um decréscimo. O

decréscimo pode ser explicado pelo fato de muitas organizações publicarem os relatórios de sustentabilidade bianualmente. No entanto face à análise do período mais recente divulgado este aumentou, resultado que vai de encontro a estudos como García-Benau et al., (2012); Junior et al., (2013); KPMG, (2011). Do nosso universo é conclusivo que as empresas privadas e de grande dimensão são as que mais publicam relatórios de sustentabilidade. E que os principais setores que adotam esta preocupação de publicação de relatórios de sustentabilidade são os setores: “Serviços financeiros”, “Outros”, “Serviços sem fins lucrativos” e “Serviços de saúde”. Que, comparativamente a análises feitas por autores García-Benau et al., (2012) Simnett et al., (2009), Zorio et al., (2013) os setores mais recorrentes são bens de consumo, serviços financeiros, tecnologia e telecomunicações. Facto esse que pode ser explicado pelo período analisado e a amostra em estudo ser diferente.

Já no 2º ensaio, para uma amostra reduzida a apenas 45% face ao ensaio 1 e através da aplicação de um modelo estatístico foi possível observar uma relação entre a bibliografia analisada e os resultados obtidos. Em que as três variáveis analisadas: empresa auditora ser Big4, dimensão da organização auditada e setor de atividade praticado na organização apresentam uma relação positiva. Isto é as variáveis em estudo são influenciam na escolha da organização recorrer à verificação externa.

Neste trabalho de investigação foram encontradas algumas limitações, nomeadamente no seu universo inicial, que é limitado ao contexto de organizações espanholas e portuguesas que publicam relatórios de sustentabilidade no GRI. Onde se verifica que a dimensão da amostra de organizações portuguesas é bastante reduzida, justificação que poderá ser explicada pelo facto de o numero de habitantes de Portugal ser cerca de 4 vezes menor que o de Espanha, ou então pelo contrário: como diferentes motivações para a sua realização, justificadas pelas diferentes capacidades financeiras das organizações; disponibilidade de verificação e/ou facilidade na obtenção de informação. Um outro aspeto a ter em conta é o facto de na sua maioria as variáveis retiradas e interpretadas da base de dados criada apartir do GRI, serem qualitativas e impedirem a realização e aplicação de um estudo estatístico mais completo, conclusões que devem ser compreendidas com alguma prudência.

No futuro, apresentamos como sugestões a inspiração dos resultados obtidos para a sua complementaridade através da adição de variáveis quantitativas para a construção de um modelo estatístico mais complexo e pormenorizado. Envolvendo variáveis do carater financeiro e ainda alargar a amostra através do conjunto de empresas de países onde a aplicação de relatórios de sustentabilidade e a sua verificação são um fator de carácter

obrigatório. Dado que o universo em estudo das organizações portuguesas é cerca de 4 vezes menor que as organizações espanholas, seria interessante perceber se este fator está de alguma forma relacionado com o nº de total de empresas portuguesas e espanholas, e perceber se a percentagem é de alguma forma equiparada. Uma outra proposição será a análise para o período de 2018, onde é esperado um aumento de publicação de relatórios de sustentabilidade face ao ano 2017.

6. Referências Bibliográficas

- Abbott, W. and Monsen, R. (1979) On the measurement of corporate social responsibility: Self-reported disclosures as a method of measuring corporate social involvement. *Academy of Management Journal* 22 (3), pp.501–15.
- Abughazaleh, N., O’Connell, V. and Princen, J. (2015) Audit Quality, Auditor Size and Legal Environments. *Quarterly Journal of Finance and Accounting* 53 (3/4), pp.1- 39.
- Ackers, B. (2009) Corporate social responsibility *assurance*: How do South African publicly listed companies compare. *Meditari Accountancy Research* 17(2), pp.1-17.
- Adams, C. and Evans, R. (2004) Accountability, Completeness, Credibility and the Audit Expectations Gap. *Journal of Corporate Citizenship* 14, pp.97–115.
- Adams, C., Hill, W. and Roberts, C. (1998) Corporate social reporting practices in Western Europe: Legitimizing corporate behavior? *The British Accounting Review* 30 (1), pp.1–21.
- Andon, P., Free, C. and O’Dwyer, B. (2015) Annexing New Audit Spaces: Challenges and Adaptations. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 28 (8), pp.1400–1430. <http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/AAAJ-01-2015-1932>.
- Antunes, R. (2015) Relatório de estágio – a vertente prática da auditoria financeira. Relatório de Estágio do Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública, *Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra*.
- Becker, C., DeFond, M., Jiambalvo, J. and Subramanyam, K. (1998) The Effect of Audit Quality on Earnings Management. *Contemporary Accounting Research* 15 (1), pp.1-24.
- Bogo, A. (2014) Relatório de Sustentabilidade e Impression Management: análise da natureza do conteúdo informacional. *OTOC - In XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria - A contabilidade pública como fator de transparência*, pp.1–17.
- Bonini, S., Görner, S. and Jones, A. (2010) How companies manage sustainability. *McKinsey on Sustainability & Resource*. Exhi.1-7.
- Borglund, T., Frostenson, M. and Windell, K. (2010) Increasing responsibility through transparency? A study of the consequences of new guidelines for sustainability reporting by Swedish state-owned companies, Näringsdepartementet Articlenumber N2010.32, pp.1-25.
- Branco, C., Gomes, S. and Engénio, T. (2014) Factors Influencing the *Assurance* of Sustainability Reports in the Context of the Economic Crisis in Portugal. *Managerial Auditing Journal* 29, pp.237–52. <http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/MAJ-07-2013-0905>.
- Branco, M., and Rodrigues, L. (2008) Factors Influencing Social Responsibility Disclosure by Portuguese Companies. *Journal of Business Ethics* 83 (4), pp.685–701.
- Brown, H., de Jong, M. and Levy, D. (2009) Building institutions based on information disclosure: Lessons from GRI’s sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production* 17(6), pp.571–580.

- Brown, R. (1962) Changing audit objectives and techniques, *Accounting Review* 37 (4), pp. 696-703.
- Calixto, L. (2013) A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. *Revista Administrativa* 48 (4), pp.828-842.
- Carp, M., Pavaloaia, L., Afrasinei, M. and Georgescu, J. (2019) Is Sustainability Reporting a Business Strategy for Firm's Growth? Empirical Study on the Romanian Capital Market. *Sustainability* 11, pp.1-21.
- Carreira, F. and Palma, C. (2012) Comparative Analysis of Sustainability Reports of Brazilian, Spanish, Portuguese and Andorra Companies. *Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337 Blumenau* 8 (4), p.140-166.
- Casey, R. and Grenier, J. (2015) Understanding and contributing to the enigma of corporate social responsibility (CSR) assurance in the United States. *Auditing: A Journal of Practice and Theory* 34 (1), pp.97-130.
- Cheng, M., Green, W. and Ko, J. (2012) The impact of sustainability assurance and company strategy on investors' decisions, Melbourne.
- Choi, J., Chansog, K., Kim, J. and Zang, Y. (2010) Audit office size, audit quality, and audit pricing. *Auditing: A Journal of Practice and Theory* 29 (1), pp.73-97.
- Costa, C. (2010) Auditoria Financeira: Teoria & Prática. *Rei dos Livros* 9 ISBN 978-989-8305-11-4, pp.20-46.
- DeAngelo, L. (1981) Auditor Size and Audit Quality. *Journal of Accounting and Economics* 3, pp.183-199.
- Deegan, C., Cooper, B. and Shelly, M. (2006) An investigation of TBL report assurance statements: australian evidence. *Australian accounting review* 16, pp. 2-18.
- DeFond, M. and Zhang, J. (2014) A Review of Archival Auditing Research. *Journal of Accounting and Economics* 58 (2-3), pp.275-326.
- Dias, A. (2009) O Relato Da Sustentabilidade Empresarial: Práticas Em Portugal. Dissertação-Universidade Aberta, pp. 1-101.
- Dienes, D., Sassen, R. and Fischer, J. (2016) What are the drivers of sustainability reporting? A systematic review. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal* 7 (2), pp.154-189.
- Eugénio, T. (2011) Contabilidade Ambiental, Lisboa: Editora Verlag Dashofer Portugal, pp. 1-198.
- Eugénio, T. e Gomes, S. (2013) Verificação Aos Relatórios de Sustentabilidade. Um Desafio Para Os Revisores Oficiais de Contas. *Revisores e Auditores*, pp.36-44. <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/61/Auditoria2.pdf>.
- EY, (2013) Value of Sustainability Reporting - A Study by EY and Boston College. [https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY_Value_of_sustainability_reporting/\\$FILE/EY-Value-of-Sustainability-Reporting.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY_Value_of_sustainability_reporting/$FILE/EY-Value-of-Sustainability-Reporting.pdf).
- Firth, M. and Smith, A. (1992) Selection of auditor firms by companies in the new issue market. *Applied Economics* 24 (2), pp.247-55.
- Francis, J. (2004) What Do We Know about Audit Quality? *British Accounting Review* 36 (4), pp.345-68.

- Francis, J., Maydew, E. and Sparks, H. (1999) The role of Big 6 auditors in the credible reporting of accruals. *Auditing: A Journal of Practice and Theory* 18(2), pp.17-34.
- Frost, G. and Martinov-Bennie, N. (2010) Sustainability Reporting Assurance: Market Trends and Information Content, *CPA Australia*, pp.1-17.
- Gallego, I. (2006) The Use of Economic, Social and Environmental Indicators as a Measure of Sustainable Development in Spain. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management* 13 (2), pp.78-97.
- García-Benau, M., Sierra, L. and Zorio, A. (2012) La verificación de la memoria de sostenibilidad en un contexto europeo. *GCG Georgetown University – Universia* 6 (2), pp.66-80.
- Gillet, C. (2012) A study of sustainability verification practices: The French case. *Journal of Accounting & Organizational Change* 8, pp.62-84.
- Gomes, S. (2012) Auditoria Aos Relatórios de Sustentabilidade Das Empresas Portuguesas – Uma Visão Sobre O Estado Da Arte E a Perceção Dos Revisores Oficiais de Contas. *Dissertação Mestrado em Controlo de Gestão- IPL*, pp.35-55.
- Gomes, S., Eugénio, T. and Branco, T. (2015) Sustainability Reporting and Assurance in Portugal. *Corporate Governance* 15(3), pp.281-92.
- Gray, R. (2000) Current Developments and Trends in Social and Environmental Auditing , Reporting & Attestation : A Personal Perspective. *International Journal of Auditing* 4, pp. 247-268.
- Gray, R., Kouhy, R. and Lavers, S. (1995) Constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies. *Accounting, Organizations and Society* 8 (2), pp.47-77.
- Gregory, A. and Collier, P. (1996) Audit Fees and Auditor Change; an Investigation of the Persistence of Fee Reduction by Type of Change. *Journal of Business Finance and Accounting* 23 (1), pp.13-28.
- Gürtürk, A. and Hahn, R. (2015) An empirical assessment of assurance statements in sustainability reports: smoke screens or enlightening information?, *Journal of Cleaner Production* 136, pp. 30-41.
- Haniffa, R. and Cooke, T. (2005) The impact of culture and governance on Corporate Social Reporting. *Journal of Accounting And Public Policy* 24 (5), pp.391- 430.
- Hasan, M., Maijoor, S., Mock, T., Roebuck, P., Simnett, R. and Vanstraelen, A. (2005) The different types of assurance services and levels of assurance provided. *International Journal of Auditing* 9, pp.91-102.
- Hodge, K., Subramaniam, N. and Stewart, J. (2009) Assurance of Sustainability Reports: Impact on Report Users' Confidence and Perceptions of Information Credibility. *Australian Accounting Review* 19, pp.178-194.
- IAASB, (2004) International Standard on Assurance Engagement 3000, Assurance Engagement Other than Audits or Reviews of Historical Information. *Assurance Engagement*, pp.292-310.
- Jones, A. and Jonas, G. (2011) Corporate social responsibility reporting: The growing need for input from the accounting profession. *The CPA Journal* 81, pp.65-71.
- Junior, R. and Best, P. (2017) GRI G4 Content Index Does It Improve Credibility and

- Change the Expectation–performance Gap of GRI-Assured Sustainability Reports?. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal* 8, pp.571-594.
- Junior, R., Best, P. and Cotter, J. (2013) Sustainability Reporting and Assurance: A Historical Analysis on a World-Wide Phenomenon. *Springer Science+Business Media Dordrecht 2013 Abstract* 120 (1), pp.1–11.
- Kolk, A, and Perego,P. (2010) Determinants of the Adoption of Sustainability Assurance Statements: An International Investigation. *Business Strategy and the Environment* 19, pp.182–98.
- KPMG, (2006), Estudo da KPMG sobre a Publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal, *KPMG Advisory – Consultores de Gestão, Lda*.
- KPMG, (2008), *KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2008*.
- KPMG, (2011), *KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2011*.
- KPMG, (2013) *KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2013*.
- KPMG, (2015) *KPMG Corporate Responsibility Reporting Currents of Change: The KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting 2015*.
- KPMG, (2017) The Road ahead: KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting. *KPMG Report* 8, pp.1-58.
- Lemos, C. (2007) Contabilidade e responsabilidade social. *In TOC* 93, pp.36-39.
- Libby, R. and D. Frederick (1990) Experience and the ability to explain audit findings. *Journal of Accounting Research* 28(2), pp. 348-367.
- Llena, F., Moneva, J. and Hernandez, B. (2007) Environmental Disclosures and Compulsory Accounting Standards: The Case of Spanish Annual Reports. *Business Strategy and the Environment* 16, pp.50–63.
- Lozano, R., Nummert, B. and Ceulemans, K. (2016) Elucidating the Relationship between Sustainability Reporting and Organisational Change Management for Sustainability. *Journal of Cleaner Production* 125, pp.168–88.
- Manetti, G., and Becatti, L. (2009) Assurance services for sustainability reports: Standards and empirical evidence. *Journal of Business Ethics* 87 (1), pp.289–298.
- Manetti, G. and Toccafondi, S. (2012) The role of stakeholders in sustainability reporting assurance. *Journal of Business Ethics* 107 (3), pp. 363-377.
- Maroco, J. (2003) Análise Estatística com o SPSS Statistics. *ReportNumber Lda* 18.
- Martinov-Bennie, N., Frost, G. and Soh, D. (2012) Assurance on sustainability reporting: state of play and future directions’ in contemporary issues, in Jones, S. and Ratnatunga, J. (Eds), *Sustainability Accounting, Assurance and Reporting*, Emerald Publishing, Bradford, pp. 267-283.
- Miller, P. (1998) The margins of accounting. *European Accounting Review* 7 (4), pp. 605-621.
- Mock, T., Strohm, C. and Swartz, K. (2007) An examination of worldwide assured sustainability reporting. *Australian Accounting Review* 17 (1), 67-77.
- Moneva, J. and Llena, F. (2000) Environmental disclosures in the annual reports of large companies in Spain. *European Accounting Review* 9 (1), pp.7-29.
- Moneva, J., Archel, P. and Correa, C. (2006) GRI and the Camouflaging of Corporate

- Unsustainability. *Accounting Forum* 30, pp.121–37.
- Moroney, R., Windsor, C., and Aw, Y. (2011) Evidence of *assurance* enhancing the quality of voluntary environmental disclosures: An empirical analysis. *Accounting & Finance* 52 (3), pp.903–939.
- Morsing, M., and Schultz, M. (2006) Corporate Social Responsibility Communication: Stakeholder Information, Response and Involvement Strategies. *Business Ethics: A European Review* 15 (4), pp.323–38.
- Nazri, S., Malcolm, S. and Ismail, Z. (2012) The Impact of Ethnicity on Auditor Choice: Malaysian Evidence. *Asian Review of Accounting* 20 (3), pp.198–221.
- O'Dwyer, B., and Owen, D. (2005) *Assurance* Statement Practice in Environmental , Social and Sustainability Reporting : A critical evaluation. *British Accounting Review* 37, pp. 205–229.
- Ogando, N., Blanco, S. and Fernandez-Feijoo, B. (2018) A Provider's Approach to the *Assurance* Market of Sustainability Reports in Spain. *Administrative Sciences* 8, pp.1-28.
- Palmrose, Z. (1987) Competitive Manuscript Co-Winner: An Analysis of Auditor Litigation and Audit Service Quality. *The Accounting Review* 63 (1), pp.55-73.
- Patten, D., (2002) The relation between environmental performance and environmental disclosure: A research note. *Accounting, Organizations and Society* 27, pp.762–773.
- Perego, P. (2009) Causes and consequences of choosing different *assurance* providers: An international study of sustainability reporting. *International Journal of Management* 26 (3), pp.412–425.
- Perego, P. and Kolk, A. (2012) Multinationals' accountability on sustainability: the evolution of third-party *assurance* of sustainability reports. *Journal of Business Ethics* 110, pp. 173-190.
- Peters, G. and Romi, A. (2015) The association between sustainability governance characteristics and the *assurance* of corporate sustainability reports. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 34 (1), pp. 163-198.
- Pflugrath, G., Roebuck, P. and Simnett, R. (2011) Impact of *assurance* and assurer's professional affiliation on financial analysts' assessment of credibility of corporate social responsibility information. *Auditing: A Journal of Practice and Theory* 30, pp.239–254.
- PWC, (2013) As Novas Diretrizes Da Global Reporting Initiative : G4, O Futuro Do Reporte de Sustentabilidade. PWC. www.pwc.com/pt.
- Reynolds, J. and Francis, J. (2000) Does Size Matter? The Influence of Large Clients on Office-Level Auditor Reporting Decisions. *Journal of Accounting and Economics* 30 (2), pp.375–400.
- Romero, S., Ruiz, S. and Fernandez-Feijoo, B. (2010) *Assurance* statement for sustainability reports: the case of Spain. *Proceedings of the Northeast Business & Economics Association, EBSCO 37th Annual Meeting*, pp. 105-112
- Santos, S., Limão, A., Barbosa, P. and Cachão, B. (2008) Sustentabilidade Para Principiantes. *Sutentare*, pp.1–24.
- Sierra, L., Zorio, A. and García-Benau, M. (2013) Sustainable development and *assurance*

- of corporate social responsibility reports. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management* 20 (6), pp.359-370.
- Simnett, R., Vanstraelen, A. and Chua, W. (2009) Assurance on Sustainability Reports: An International Comparison An International Comparison. *The Accounting Review* 84, pp.937–67. <http://www.jstor.org/stable/27784199>.
- Simnett, R. (2012) Assurance of sustainability reports: revision of ISAE 3000 and associated research opportunities. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal* 3 (1), pp. 89-98.
- Simunic, D. and Stein, M. (1987) Product Differentiation in Auditing: Auditor Choice in the Market for Unseasoned New Issues. *The Canadian Certified General Accountants' Research Foundation*, Research Monograph 13, pp. 1-71.
- Trevisan, M., Block, A., Madruga, L. and Venturini, M. (2008) Uma ação de responsabilidade socioambiental no rodeio internacional. *Encontro Nacional de engenharia de produção*.
- Watts, R. and Zimmerman, J. (1983) Agency Problems, Auditing, and the Theory of the Firm: Some Evidence. *The Journal of Law and Economics* 26 (3), pp.613–33. <http://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/467051>.
- Wijen, F. (2014) Means versus ends in opaque institutional fields: Trading off compliance and achievement in sustainability standard adoption. *Academy of Management Review* 39 (3), pp.302–323.
- Wilmshurst, T. and Frost, G. (2000) Corporate environmental reporting: A test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 13 (1), pp.10-26.
- Zorio, A., García-Benau, M. and Sierra, L. (2013) Sustainability development and the quality of assurance reports: empirical evidence. *Business Strategy and the Environment* 22 (7), pp.484-500.

7. Webgrafia

Conferência de Estocolmo.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia_de_Estocolmo#cite_note-2 (acedido em Novembro de 2018).

World Commission on Environment and Development (WCED).

https://pt.wikipedia.org/wiki/Comiss%C3%A3o_Mundial_sobre_Meio_Ambiente_e_Desenvolvimento (acedido em Novembro de 2018).

Sustainable development goals, knowledge platform. World Summit on Sustainable Development (WSSD), Johannesburg Summit.

<https://sustainabledevelopment.un.org/milestones/wssd> (acedido em Janeiro de 2019).

Sustainable development goals, knowledge platform. United Nations Conference on Sustainable Development, Rio+20.

<https://sustainabledevelopment.un.org/rio20> (acedido em Janeiro de 2019).

Centro Regional de Informação das Nações Unidas. <https://www.unric.org/pt/17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel> (acedido em Janeiro de 2019).

BEJA, R. (2005) Desenvolvimento Sustentável, *Revista* 28.

http://www.oroc.pt/revista/detalhe_artigo.php?id=25/ (acedido em Janeiro de 2019).

Valores, ética e responsabilidade. Relatórios de sustentabilidade obrigatórios?

<https://www.ver.pt/relatorios-de-sustentabilidade-obrigatorios/> (acedido em Novembro de 2018).

Soluta Gestão e Meio Ambiente - Relatórios de Sustentabilidade e as normas GRI (2018)

<http://www.soluta.eco.br/2018/12/19/relatorios-de-sustentabilidade-e-as-normas-gri/>

(acedido em Novembro de 2018).

DATA BASE GRI <http://database.globalreporting.org/> (acedido Abril 2018).

Transição da G4 para a GRI Standards – primeira norma global
<http://www.ek2.com.br/destaque-492-transicao-g4-para-gri-standards-primeira-norma-global> (acedido em Janeiro de 2019).

GRI, (2006) Sustainability Reporting Guidelines, Global Reporting Initiative.
<https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx> (acedido em Abril de 2018).

CorporateRegister.com, 2013. Perspectives 2013, London: CorporateRegister.com.
<http://www.corporateregister.com/> (acedido em Setembro de 2018).

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

8. Anexos

8.1. Profile do GRI

The screenshot shows the GRI Sustainability Disclosure Database profile for the report 'Memoria Corporativa y de Responsabilidad Social ABANCA 2016'. The header includes the GRI logo, navigation links (ABOUT, SEARCH, REGISTER REPORT, DATA PARTNERS, SDG TARGET 12.6), and a 'Register now! Login' button. The breadcrumb trail is 'Home / Reports / ABANCA / Memoria Corporativa y de Responsabilidad Social ABANCA 2016'. The profile details are as follows:

Field	Value
Publication year:	2017
Report type:	GRI - G4
Adherence Level:	In accordance - Comprehensive
Sector supplement:	Not Applicable
Integrated:	⌘
GRI Service:	Content Index Service
Reporting period:	? - ?
Reporting cycle:	?
Language:	?
Number of pages:	?
SDGs:	✓
CDP:	⌘
IFC:	⌘
OECD Guidelines:	⌘
UNGC:	⌘
ISO 26000:	⌘
AA1000:	⌘
Stakeholder Panel/Expert Opinion:	⌘
External assurance:	✓
Type of Assurance Provider:	Accountant
Assurance Provider:	KPMG
Assurance Scope:	Entire sustainability report
Level of Assurance:	Limited/moderate
Assurance Standard AA1000AS:	⌘
Assurance Standard ISAE3000:	✓
Assurance Standard: national (general):	⌘
Assurance Standard: national (sustainability):	⌘

On the left, there is a 'MEMORIA Corporativa y de Responsabilidad Social ABANCA 2016' cover image and a 'Date Included: Oct. 12, 2018' note. Below the image is a section 'Access the report' with buttons for PDF and HTML.

Fonte: Consultado no Website do GRI Database
<http://database.globalreporting.org/search/>

8.2. Caracterização da dimensão da empresa, tipo de empresa, diretiva do GRI aplicada no relatório

Dimensão da empresa

Na ausência de classificação de regulamentos locais com base na definição da UE para pequenas e médias empresas (PMEs), aplicar-se-á:

Categoria da Empresa	Nº de colaboradores	Valor de Negócio OU	Total do Balanço
PME	<250	≤50 Milhões/€ OU	≤43 Milhões/€

Para grandes empresas e empresas multinacionais (MNEs ou EM), o GRI segue as definições de tamanho da UE:

Categoria da Empresa	Nº de colaboradores	Valor de Negócio OU	Total do Balanço
Grandes empresas	≥250	>50 Milhões/€ OU	>43 Milhões/€
EM	≥250 e multinacionais	>50 Milhões/€ OU	>43 Milhões/€

Tipo da empresa

1. Empresa Privada

Uma organização empresarial detida por uma organização não governamental ou por um número de stakeholders.

2. Empresa do Estado

Uma entidade legal criada por um governo para realizar atividades comerciais em nome do governo proprietário

3. Cooperativa

Uma organização de propriedade conjunta e democraticamente controlada pelos empregados e / ou utilizadores de bens / serviços produzidos para satisfazer as suas necessidades comuns

4. Subsidiária

Uma empresa controlada por outra empresa através da posse de 50% ou mais do stock de votação

5. Instituição Pública

Uma unidade administrativa do governo, incluindo a autoridade municipal de uma cidade

6. Organização sem fins lucrativos

A organização existe para promover uma ideia ou objetivo, e não com o interesse de obter lucro; como por exemplo: fundações, ONG

7. Parceria

Formação de empresários ou indivíduos que procurem avançar os seus interesses comerciais.

Diretiva do GRI aplicada no relatório

- a) GRI – G1 (publicado em 2000);**
- b) GRI – G2 (publicado em 2002);**
- c) GRI – G3 (publicado em 2006);**
- d) GRI – G3.1 (publicado em 2011);**
- e) GRI – G4 (publicado em 2013): válido até 30 de junho de 2018;**
- f) GRI – Standards (publicado em 2016): válido.**

Citing-GRI¹⁸ Relatórios de sustentabilidade ou integrados que fazem referência explícita com base nas diretrizes do GRI (G3, G3.1 ou G4) mas para os quais não existe índice de conteúdo GRI¹⁹. Também indica os relatórios publicados após 1 de julho de 2018 referentes às Diretrizes G4;

Non-GRI²⁰ Todos os Relatórios de sustentabilidade ou integrados que não satisfaçam os requisitos da base de dados do GRI– Standards. Ao mesmo tempo, Non-GRI em que a

¹⁸ Referência aos dados recolhidos a partir de 1 de janeiro de 2011

¹⁹ Antes de 2017 esta categoria designava-se por “GRI-Referenced”

²⁰ Referência aos dados recolhidos a partir de 1 de janeiro de 2018

organização não divulga a sua informação económica, ambiental e/ou social e que não haja referência de ser baseado nas diretrizes do GRI ou GRI Standards.

GRI – Standards:

- ‘In accordance’ – Essencial: deve incluir no relatório a declaração "Este relatório foi preparado de acordo com as Normas GRI Standards: Opção central”;
- ‘In accordance’ – Compreensivo: deve incluir no relatório a declaração "Este relatório foi preparado de acordo com as Normas GRI Standards: Opção Abrangente”;
- GRI-Referenced: quando um relatório tem a seguinte declaração “Este material faz referência [nome completo e ano de publicação da norma Standard] ', para cada Standard usado, e poderá ou não ter um índice de conteúdo. Estes são relatórios que usam Standards GRI individuais ou partes de seu conteúdo para relatar informações de sustentabilidade e, portanto, não podem reclamar que o relatório foi preparado de acordo com as Normas do GRI.

GRI – G4:

- ‘In accordance’ – Essencial;
- ‘In accordance’ – Compreensivo;
- ‘Undeclared’: Quando não é explícito e/ou declarado ‘in accordance’, mas o relatório contém um Índice de Conteúdo G4 completo.

Para GRI – G3 e GRI – G3.1:

- A, B, C;
- A+, B+, C+ (‘+’ pode ser adicionado a um nível de aplicação para indicar que o relatório é assegurado externamente, a organização considera que o compromisso atende às 7 principais qualidades do GRI para a verificação externa, e que existe uma declaração de auditoria externa publicamente disponível);
- Undeclared: Quando não há nenhum Nível de Aplicação explícito declarado.

Fonte: Consultado no Website do GRI na Legenda da Database
<http://database.globalreporting.org/search/>

8.3. Classificação das atividades industriais

Indústria	
Bens de Consumo	Bens de Consumo duradouros Agricultura Produtos pessoais e da Casa Têxtil e Vestuário Produtos Alimentares e Bebidas Automóvel
Cuidados de Saúde	Produtos de saúde Serviços de Saúde
Telecomunicações	Telecomunicações
Serviços financeiros	Imobiliária Serviços Financeiros
Serviços de consumo	Serviços Sem Fins Lucrativos Turismo e Lazer Media Agência Pública Construção Retalho Serviços Comerciais Logística Universidades
Serviços públicos	Utilidades de Energia Energia Utilidades de Água
Tecnologia	Computadores Tecnologia de Hardware
Produtos industriais	Ferrovia Aviação Materiais de Contrução Gestão de desperdícios Floresta e produtos de papel
Matérias básicas	Conglomerados Produtos de metal Químicos
Outros	

Fonte: Elaboração própria classificação das atividades industriais em conjuntos segundo Industry Classification Benchmark (ICB)

8.4. Base de dados (Ensaio 1)

Empresa	País	Setor de Atividade	Tipo de empresa	Dimensão	GRI	Último ano de Publicação	Verificação externa	Tipo de Auditor	Empresa de Auditoria	Tipo de Auditoria	Nível de Auditoria	Assurance Standard AA1000AS	Assurance Standard ISAE3000	Assurance Standard national (general)	Assurance Standard national (sustainability)
ABANCA	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	KPMG	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Sim
Abeinsa	Espanha	Energia	Privada	Grande	G4	2015	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Abengoa	Espanha	Conglomerados	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	KPMG	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
Abengoa Bioenergía	Espanha	Energia	Privada	Grande	G4	2016	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Não	Não	Não
Abengoa Solar	Espanha	Energia	Privada	Grande	G4	2015	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Specified section(s)	Not specified	Sim	Não	Não	Não
Abengoa Water	Espanha	Utilidades de Água	Subsidiária	Grande	G4	2015	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	GHG only	Reasonable/high	Sim	Sim	Não	Não
Abertis	Espanha	Outros	Privada	Grande	G4	2016	1	Auditor	Deloitte	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Sim	Sim	Não	Não
Abreu Advogados	Portugal	Outros	Privada	Grande	G4	2015	0								
Accenture Spain	Espanha	Serviços Comerciais	Privada	Grande	Standard 2017	2017	1	Auditor	KPMG	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Sim	Sim	Sim
Acciona	Espanha	Construção	Privada	EM	G4	2017	1	Auditor	KPMG	Presente em todo o RS	Combination	Sim	Não	Não	Não
Acerinox	Espanha	Produtos de metal	Privada	EM	G4	2017	0								
A Coruña Port Authority	Espanha	Agência Pública	Empresa do Estado	PME	G4	2016	0								
ACTIVA MUTUA	Espanha	Serviços de Saúde	Pública	Grande	G4	2017	0								
ADIF	Espanha	Construção	Pública	Grande	G4	2017	0								
ADRI-NOC	Espanha	Serviços Sem Fins Lucrativos	Organização sem fins lucrativos	PME	Non-GRI	2016	0								
AECA	Espanha	Serviços Sem Fins Lucrativos	Organização sem fins lucrativos	Grande	G3	2016	1	Empresa de consultoria pequena	Outros	Specified section(s)	Not specified	Não	Não	Não	Sim
AENA	Espanha	Aviação	Privada	Grande	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Presente em todo o RS	Reasonable/high	Não	Não	Não	Sim
AGREDA AUTOMOVIL S.A	Espanha	Serviços Comerciais	Privada	EM	G4	2015	1	Empresa de consultoria pequena	Outros	Not specified	Not specified	Não	Não	Não	Não
AGUAS DE ALBACETE	Espanha	Utilidades de Água	Privada	PME	G4	2017	1	Não é providenciado	Outros	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Agua de Alicante	Espanha	Utilidades de Água	Subsidiária	PME	G4	2016	1	Empresa de Engenharia	SGS	Presente em todo o RS	Reasonable/high	Sim	Não	Não	Não

Águas de Lisboa e Vale do Tejo	Portugal	Utilidades de Água	Empresa do Estado	Grande	G4	2017	0								
Aguas de Murcia	Espanha	Utilidades de Água	Empresa do Estado	Grande	G4	2017	1	Empresa de Engenharia	SGS	Specified section(s)	Limited/moderate	Sim	Não	Não	Não
Águas de Portugal	Portugal	Utilidades de Água	Empresa do Estado	Grande	G4	2016	0								
AIGÜES DE BARCELONA	Espanha	Utilidades de Água	Empresa do Estado	Grande	G4	2017	1	Auditor	Ernst & Young	Presente em todo o RS	Not specified	Sim	Sim	Não	Não
Airfal International	Espanha	Materiais de Construção	Privada	PME	G4	2016	0								
AIRPHARM LOGISTICS CARE	Espanha	Logística	Privada	PME	G4	2017	0								
Alcampo	Espanha	Retalho	Subsidiária	Grande	G4	2015	0								
Altran Spain	Espanha	Serviços Comerciais	Subsidiária	Grande	G3.1	2016	1	Empresa de consultoria pequena	Outros	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Não	Não	Não
Altri	Portugal	Conglomerados	Privada	Grande	Non-GRI	2016	0								
Amadeus	Espanha	Serviços Comerciais	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
Ambical Proyectos	Espanha	Serviços Comerciais	Privada	Grande	G4	2015	0								
APD	Espanha	Telecomunicações	Privada	PME	G4	2017	0								
APDL	Portugal	Outros	Empresa do Estado	PME	G4	2016	0								
APETAMCOR	Espanha	Serviços Sem Fins Lucrativos	Organização sem fins lucrativos	PME	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	Outros	Specified section(s)	Not specified	Não	Não	Não	Não
Aplitec Bergueda	Espanha	Serviços comerciais	Privada	PME	G4	2017	0								
Applus+	Espanha	Outros	Privada	EM	G4	2017	0								
APS-Administração dos Portos de Sines e do Algarve	Portugal	Agência Pública	Empresa do Estado	Grande	G4	2016	0								
ASEPEYO	Espanha	Outros	Organização sem fins lucrativos	Grande	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Presente em todo o RS	Reasonable/high	Não	Não	Sim	Sim
ASPAPEL	Espanha	Outros	Organização sem fins lucrativos	PME	G4	2017	0								
Atento (Spain)	Espanha	Serviços comerciais	Privada	Grande	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	Outros	Presente em todo o RS	Combination	Não	Não	Não	Não
Atresmedia	Espanha	Media	Privada	Grande	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Presente em todo o RS	Reasonable/high	Não	Não	Não	Não
Auchan Portugal	Portugal	Retalho	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Ernst & Young	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
Autoridad Portuaria de Castellón	Espanha	Agência Pública	Pública	EM	Citiing	2017	0								
AXA España	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2017	0								
BA	Portugal	Produtos pessoais e da Casa	Privada	Grande	Non-GRI	2016	0								
BALEÀRIA	Espanha	Logística	Privada	Grande	G4	2016	0								

Balearic Islands Port Authority	Espanha	Logística	Pública	Grande	G4	2017	0								
Banco Sabadell	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	Non-GRI	2016	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
BANKIA	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Ernst & Young	Specified section(s)	Limited/moderate	Sim	Sim	Não	Não
Bankinter	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2016	1	Auditor	Deloitte	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
BBVA (Banco Bilbao Vizcaya Argentaria)	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Deloitte	Specified section(s)	Limited/moderate	Sim	Não	Não	Sim
BMN	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2017	0								
Bolsas & Mercados	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2017	0								
BONDALTI	Portugal	Químicos	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Sim	Sim	Não	Não
Brisa	Portugal	Ferrovias	Privada	Grande	G4	2016	1	Auditor	KPMG	Specified section(s)	Limited/moderate	Sim	Sim	Não	Não
BS,	Espanha	Serviços Sem Fins Lucrativos	Pública	Grande	G4	2017	1	Auditor	Outros	Presente em todo o RS	Not specified	Não	Não	Não	Não
CaixaBank	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	EM	G4	2017	1	Auditor	Deloitte	Specified section(s)	Reasonable/high	Sim	Sim	Não	Não
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	Portugal	Serviços Financeiros	Empresa do Estado	Grande	G4	2016	1	Auditor	Deloitte	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
Caja Laboral	Espanha	Serviços Financeiros	Cooperativa	Grande	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Presente em todo o RS	Not specified	Não	Não	Não	Não
Cajamar Caja Rural	Espanha	Serviços Financeiros	Cooperativa	Grande	G4	2015	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Not specified	Limited/moderate	Sim	Sim	Sim	Sim
Canal de Isabel II	Espanha	Utilidades de Água	Empresa do Estado	Grande	G4	2017	1	Auditor	KPMG	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
Carris	Portugal	Automóvel	Empresa do Estado	Grande	G4	2015	0								
Catalana Occidente	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2017	0								
Cementos Molins	Espanha	Materiais de Construção	Privada	Grande	G4	2017	0								
CEMEX Latam Holdings S.A.	Espanha	Materiais de Construção	Privada	EM	G4	2017	0								
CENTRO HOSPITALARIO PADRE MENNI	Espanha	Serviços de Saúde	Organização sem fins lucrativos	Grande	G4	2017	0								
CEPSA	Espanha	Energia	Privada	Grande	G4	2017	0								
CESPA	Espanha	Gestão de desperdícios	Privada	Grande	Non-GRI	2017	0								
CIC Consulting Informático	Espanha	Serviços Comerciais	Privada	Grande	Standard 2016	2017	0								
CLH	Espanha	Logística	Privada	Grande	Non-GRI	2017	1	Auditor	KPMG	Presente em todo o RS	Combination	Não	Sim	Não	Não
Coca-Cola Iberian Partners	Espanha	Produtos Alimentares e Bebidas	Privada	EM	Non-GRI	2017	0								
COFIDES	Espanha	Serviços Financeiros	Empresa do Estado	Grande	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Presente em todo o RS	Not specified	Não	Não	Não	Não

COLEGIO OFICIAL DE ECONOMISTAS DE ARAGON	Espanha	Serviços Sem Fins Lucrativos	Organização sem fins lucrativos	PME	G4	2017	0								
CONFEDERACIÓ DE COOPERATIVES DE CATALUNYA	Espanha	Serviços Sem Fins Lucrativos	Organização sem fins lucrativos	PME	G4	2017	0								
CONGALSA S.L.	Espanha	Produtos Alimentares e Bebidas	Privada	EM	G4	2016	1	Empresa de Engenharia	Bureau Veritas	Presente em todo o RS	Reasonable/high	Sim	Não	Não	Não
Consejo General de Colegios Oficiales de Farmacéuticos de España	Espanha	Serviços de Saúde	Organização sem fins lucrativos	PME	G4	2017	0								
Consorci de Residus Urbans i Energia de Menorca	Espanha	Outros	Sociedade	PME	Non-GRI	2017	0								
Consorci Hospitalari De Vic	Espanha	Serviços de Saúde	Pública	Grande	G4	2017	1	Empresa de Engenharia	Outros	Presente em todo o RS	Reasonable/high	Não	Não	Não	Não
Consum	Espanha	Retalho	Cooperativa	Grande	G4	2017	1	Auditor	Outros	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Não	Não	Não
Corresponsables	ESPAÑA	Media	Privada	PME	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Presente em todo o RS	Reasonable/high	Não	Não	Não	Não
Corticeira Amorim	Portugal	Floresta e produtos de papel	Subsidiária	Grande	G4	2016	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
CP Comboios de Portugal	Portugal	Ferrovia	Empresa do Estado	PME	G4	2015	0								
CTT	Portugal	Logística	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	KPMG	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
CUF - Companhia União Fabril- Bondalti	Portugal	Químicos	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Sim	Sim	Não	Não
DALLANT	Espanha	Produtos Alimentares e Bebidas	Privada	PME	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
Damm	Espanha	Produtos Alimentares e Bebidas	Privada	Grande	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
DAORJE, SLU	Espanha	Outros	Privada	Grande	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
Deloitte Spain	Espanha	Serviços Comerciais	Privada	Grande	G4	2017	1	Não é providenciado	Outros	Not specified	Not specified	Não	Sim	Não	Não
DIA	Espanha	Retalho	Privada	EM	Citiing	2017	0					Não	Não	Não	Não
DIANOVA	Espanha	Serviços Sem Fins Lucrativos	Organização sem fins lucrativos	PME	Citiing	2017	0					Não	Não	Não	Não
DKV Seguros	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2016	1	Auditor	KPMG	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Sim	Não	Não	Sim
Ebro	Espanha	Produtos Alimentares e Bebidas	Privada	EM	Citiing	2017	0					Não	Não	Não	Não
Ecoembes	Espanha	Gestão de desperdícios	Organização sem fins lucrativos	EM	G4	2017	0								
EDP (Energias de Portugal)	Portugal	Utilidades de Energia	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	KPMG	Presente em todo o RS	Combination	Sim	Sim	Não	Não
EDP Renovaveis, S.A.	Espanha	Utilidades de Energia	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	KPMG	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
EDP Spain	Espanha	Energia	Privada	EM	Non-GRI	2017	0					Não	Não	Não	Não
Eduvic	Espanha	Agência Pública	Cooperativa	PME	G4	2016	0								

Elecnor	Espanha	Energia	Privada	EM	G4	2017	0								
Empresa Municipal de Aguas de Gijón	Espanha	Utilidades de Água	Empresa do Estado	PME	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Specified section(s)	Not specified	Não	Não	Não	Não
Empresa Municipal de Transportes (EMT)	Espanha	Agência Pública	Pública	Grande	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
Enagas S.A.	Espanha	Energia	Privada	Grande	Standard 2017	2017	0					Não	Não	Não	Não
Endesa	Espanha	Utilidades de Energia	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Ernst & Young	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Sim	Sim	Não	Não
En Ruta Girona	Espanha	Serviços Comerciais	Privada	PME	G4	2016	0								
EPAL	Portugal	Utilidades de Água	Privada	Grande	G4	2016	0								
Ercros	Espanha	Químicos	Privada	Grande	Non-GRI	2017	0					Não	Não	Não	Não
ESADE Business School	Espanha	Universidades	Organização sem fins lucrativos	Grande	Citiing	2017	0					Não	Não	Não	Não
Europac	Espanha	Floresta e produtos de papel	Privada	Grande	Non-GRI	2017	0					Não	Não	Não	Não
ESTEVE	Espanha	Produtos de saúde	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Sim	Sim	Sim
Eurest Portugal	Portugal	Produtos Alimentares e Bebidas	Privada	Grande	G4	2015	0								
Europac	Espanha	Floresta e produtos de papel	Privada	Grande	G4	2017	0								
Euskaltel	Espanha	Telecomunicações	Privada	Grande	G4	2017	1	Não é providenciado	AENOR	Specified section(s)	Reasonable/high	Não	Não	Não	Não
Everis	Espanha	Serviços Comerciais	Privada	Grande	G4	2015	1	Empresa de consultoria pequena	Outros	Presente em todo o RS	Reasonable/high	Sim	Não	Não	Não
FCC Aqualia	Espanha	Utilidades de Água	Subsidiária	Grande	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Presente em todo o RS	Not specified	Não	Não	Não	Não
FCC Construcción	Espanha	Construção	Privada	Grande	G4	2016	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Presente em todo o RS	Reasonable/high	Sim	Não	Não	Não
FCC Division de Medio Ambiente	Espanha	Gestão de desperdícios	Privada	Grande	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Não	Não	Não
FENIN	Espanha	Produtos de saúde	Organização sem fins lucrativos	PME	G4	2016	0								
Ferrovial S.A.	Espanha	Conglomerados	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Deloitte	Not specified	Not specified	Sim	Sim	Não	Não
FinConsum EFC SAL	Espanha	Serviços Financeiros	Subsidiária	EM	G4	2015	0								
Fluidra	Espanha	Outros	Privada	EM	Non-GRI	2017	1	Auditor	Outros	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Não	Não	Não
Fomento de Construcciones Y Contratas (FCC)	Espanha	Construção	Privada	Grande	Non-GRI	2017	1	Auditor	KPMG	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
Forética	Espanha	Serviços Sem Fins Lucrativos	Organização sem fins lucrativos	PME	G4	2016	0								
Fraternidad Muprespa	Espanha	Serviços de Saúde	Privada	Grande	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não

FREMAP	Espanha	Outros	Privada	Grande	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Specified section(s)	Reasonable/high	Não	Não	Sim	Sim
FULTON SERVICIOS INTEGRALES, S.A.	Espanha	Outros	Privada	Grande	G4	2017	1	Empresa de Engenharia	Bureau Veritas	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Não	Sim	Sim
Fundación CARES	Espanha	Logística	Privada	Grande	Non-GRI	2017	0					Não	Não	Não	Não
Fundación ECOLEC	Espanha	Gestão de desperdícios	Organização sem fins lucrativos	PME	G4	2017	0								
Fundacion Focus-Abengoa	Espanha	Serviços Sem Fins Lucrativos	Organização sem fins lucrativos	PME	G4	2016	0								
Fundación ONCE	Espanha	Serviços Sem Fins Lucrativos	Organização sem fins lucrativos	PME	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
Fundació Ramon Noguera	Espanha	Serviços Sem Fins Lucrativos	Organização sem fins lucrativos	PME	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
Galp Energia	Portugal	Energia	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Specified section(s)	Limited/moderate	Sim	Sim	Não	Não
Gas Natural SDG	Espanha	Utilidades de Energia	Privada	Grande	G4	2016	0								
Gestamp	Espanha	Automóvel	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Ernst & Young	Specified section(s)	Not specified	Não	Sim	Não	Sim
Gestamp Aveiro	Portugal	Automóvel	Privada	Grande	G4	2017	1	Empresa de Engenharia	Bureau Veritas	Not specified	Not specified	Não	Não	Não	Não
Gestamp Biomass	Espanha	Energia	Subsidiária	Grande	G3.1	2015	1	Auditor	Ernst & Young	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Sim	Sim	Sim
Gestamp Solar	Espanha	Energia	Privada	Grande	G4	2015	1	Auditor	Ernst & Young	Not specified	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
Gestamp Wind	Espanha	Energia	Privada	Grande	G4	2016	1	Auditor	Ernst & Young	Specified section(s)	Reasonable/high	Não	Sim	Não	Não
GM España	Espanha	Automóvel	Subsidiária	Grande	Non-GRI	2017	0					Não	Não	Não	Não
Gonvarri Steel Services	Espanha	Materiais de Construção	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	pricewaterhouse Coopers	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Não	Não	Não
GRI Renewable Industries	Espanha	Produtos de metal	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	pricewaterhouse Coopers	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Não	Não	Não
Grupo ACS	Espanha	Construção	Privada	Grande	G4	2016	1	Auditor	KPMG	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
Grupo Amma	Espanha	Outros	Privada	Grande	G4	2016	0								
Grupo Antolin	Espanha	Automóvel	Privada	Grande	Citiing	2017	0					Não	Não	Não	Não
Grupo Banco Popular	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	EM	Non-GRI	2017	0					Não	Não	Não	Não
Grupo Cementos Portland Valderrias	Espanha	Materiais de Construção	Subsidiária	Grande	Non-GRI	2017	0					Não	Não	Não	Não
Grupo Cooperativo Cajamar	Espanha	Serviços Financeiros	Cooperativa	Grande	G4	2017	1	Auditor	pricewaterhouse Coopers	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Não	Não	Não
Grupo Correos	Espanha	Logística	Empresa do Estado	Grande	G4	2017	1	Não é providenciado	Pricewaterhouse Coopers	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Não	Não	Não
Grupo Eroski	Espanha	Retalho	Cooperativa	Grande	Non-GRI	2017	0					Não	Não	Não	Não
Grupo EULEN	Espanha	Serviços Comerciais	Privada	EM	G4	2017	1	Auditor	KPMG	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Sim	Sim	Não
GRUPO HERMANOS MARTIN	Espanha	Retalho	Privada	Grande	G4	2016	0								

Grupo Leche Pascual	Espanha	Produtos Alimentares e Bebidas	Privada	Grande	Non-GRI	2017	0								
GRUPO MARWEN CALSAN	Espanha	Utilidades de Energia	Privada	PME	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
Grupo Portucel	Portugal	Floresta e produtos de papel	Privada	Grande	G4	2016	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
Grupo Sorolla Educación	Espanha	Outros	Cooperativa	EM	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
Grupo TRAGSA	Espanha	Construção	Empresa do Estado	Grande	G4	2016	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Specified section(s)	Reasonable/high	Não	Não	Não	Não
Grupo Unión Fenosa Gas	Espanha	Energia	Privada	EM	G4	2017	1	Auditor	pricewaterhouse Coopers	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
GS Inima Environment	Espanha	Outros	Subsidiária	Grande	G4	2016	0								
GUTTMANN - FUNDACIÓ INSTITUT GUTTMANN	Espanha	Serviços de Saúde	Organização sem fins lucrativos	Grande	G4	2016	0								
Heineken Spain	Espanha	Produtos Alimentares e Bebidas	Privada	Grande	G4	2017	0								
Helvetia Seguros	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
HIDROGEA	Espanha	Utilidades de Água	Subsidiária	Grande	G4	2017	1	Empresa de Engenharia	SGS	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Sim	Não	Não	Não
HILATURAS FERRE S.A.	Espanha	Têxtil e Vestuário	Privada	PME	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
Hospital de Barcelona-SCIAS	Espanha	Serviços de Saúde	Cooperativa	EM	Non-GRI	2017	0					Não	Não	Não	Não
Hospital de Molin	Espanha	Serviços de Saúde	Privada	PME	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
HOSPITALES UNIVERSITARIOS VIRGEN MACARENA - VIRGEN DEL ROCIO	Espanha	Serviços de Saúde	Pública	Grande	G4	2016	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Specified section(s)	Not specified	Não	Não	Não	Não
Hospital Plato	Espanha	Serviços de Saúde	Organização sem fins lucrativos	Grande	G4	2017	1	Empresa de Engenharia	Bureau Veritas	Presente em todo o RS	Not specified	Não	Não	Não	Não
Huf Portuguesa	Portugal	Automóvel	Privada	Grande	G4	2016	0								
IBERCAJA BANCO, S.A.U	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2016	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Não	Não	Não
Iberdrola	Espanha	Utilidades de Energia	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Ernst & Young	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Sim	Sim	Não	Não
IBERIA AIRLINES OF SPAIN	Espanha	Aviação	Privada	Grande	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Presente em todo o RS	Reasonable/high	Não	Não	Não	Não
Iberpapel Gestión, S.A.	Espanha	Floresta e produtos de papel	Privada	Grande	G4	2017	0								
Inditex	Espanha	Retalho	Privada	EM	G4	2016	1	Empresa de Engenharia	SGS	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Sim	Sim	Sim
Indra	Espanha	Computadores	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Deloitte	Presente em todo o RS	Not specified	Sim	Sim	Não	Não
Ineco (Ingeniería y Economía del Transporte)	Espanha	Outros	Empresa do Estado	Grande	Non-GRI	2016	0								
INGECAL SL	Espanha	Serviços Sem Fins Lucrativos	Privada	PME	G4	2016	0								

Institut Català d'Oncologia	Espanha	Serviços de Saúde	Pública	Grande	G4	2017	1	Empresa de Engenharia	Bureau Veritas	Presente em todo o RS	Not specified	Não	Não	Não	Não
Instituto de Credito Oficial (ICO)	Espanha	Serviços Financeiros	Pública	Grande	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Presente em todo o RS	Not specified	Não	Não	Não	Não
INTERPYME S.L.P.	Espanha	Outros	Privada	PME	G4	2016	0								
ISDEFE (Ingeniería de Sistemas para la Defensa de España)	Espanha	Outros	Empresa do Estado	Grande	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
ITP (Industria de Turbo Propulsores)	Espanha	Aviação	Privada	Grande	G4	2016	0								
Javierre S.L.	Espanha	Construção	Privada	PME	Standard 2017	2017	0								
Jeronimo Martins SA	Portugal	Retalho	Privada	Grande	Non-GRI	2017	0					Não	Não	Não	Não
José de Mello Saúde	Portugal	Serviços de Saúde	Privada	Grande	Citiing	2016	0								
Kutxabank	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Presente em todo o RS	Not specified	Não	Não	Não	Não
Lactogal	Portugal	Floresta e produtos de papel	Privada	EM	Non-GRI	2016	0								
La Fageda, SCCL	Espanha	Produtos Alimentares e Bebidas	Cooperativa	PME	Non-GRI	2017	0					Não	Não	Não	Não
La Farga Group	Espanha	Produtos de metal	Privada	PME	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
LafargeHolcim Spain	Espanha	Materiais de Construção	Subsidiária	Grande	G4	2017	1	Empresa de Engenharia	Bureau Veritas	Presente em todo o RS	Not specified	Não	Não	Não	Não
LaVola	Espanha	Serviços Comerciais	Privada	PME	G4	2016	0								
Leroy Merlin España	Espanha	Produtos pessoais e da Casa	Subsidiária	Grande	G4	2015	0								
Línea Directa	ESPAÑA	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2017	0								
LOGIFRUIT	ESPAÑA	Logística	Privada	EM	G4	2017	0								
Luis Simões	Espanha	Logística	Privada	Grande	G4	2017	0								
Lipor - Serviço Inter municipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	Portugal	Gestão de desperdícios	Pública	PME	G4	2016	1	Auditor	pricewaterhouse Coopers		Reasonable/high	Sim	Não	Não	Não
Mahou-San Miguel Group	Espanha	Produtos Alimentares e Bebidas	Privada	Grande	G4	2016	0								
Mango Group	Espanha	Têxtil e Vestuário	Privada	Grande	G4	2016	1	Auditor	Outros	Presente em todo o RS	Reasonable/high	Sim	Não	Não	Não
MANN+HUMMEL IBERICA S.A.U.	Espanha	Automóvel	Privada	Grande	Non-GRI	2016	1	Auditor	Outros	Presente em todo o RS	Reasonable/high	Não	Não	Não	Não
Mapfre	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	KPMG	Presente em todo o RS	Reasonable/high	Não	Sim	Não	Não
MAS Business - Managing A Sustainable Business	Espanha	Serviços Comerciais	Privada	PME	Standard 2017	2017	0								
MAT Holding	Espanha	Químicos	Privada	PME	G4	2015	0								

Mediaset España Comunicacion	Espanha	Media	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
Meliá Hotels International	Espanha	Turismo e Lazer	Privada	EM	G4	2016	1	Auditor	pricewaterhouse Coopers	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
Millennium Banco Comercial Português	Portugal	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2016	1	Auditor	pricewaterhouse Coopers	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
Mota-Engil SGPS	Portugal	Construção	Privada	Grande	Citiing	2017	0					Não	Não	Não	Não
MUTUALIA	Espanha	Serviços de Saúde	Organização sem fins lucrativos	Grande	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Specified section(s)	Reasonable/high	Não	Não	Não	Não
Mutua Universal	Espanha	Outros	Privada	Grande	G4	2016	0								
NANIUM	Portugal	Tecnologia de Hardware	Privada	EM	G4	2016	0								
NEINVER	espanha	Retalho	Privada	Grande	G4	2017	0								
Nestlé Portugal	Portugal	Produtos Alimentares e Bebidas	Subsidiária	Grande	G4	2016	1	Auditor	pricewaterhouse Coopers	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
NH Hoteles	Espanha	Turismo e Lazer	Privada	EM	G4	2017	1	Auditor	KPMG	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
Northgate España	Espanha	Automóvel	Subsidiária	Grande	G4	2015	0								
NOS	Portugal	Telecomunicações	Privada	Grande	Non-GRI	2017	0					Não	Não	Não	Não
Novo Banco	Portugal	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	pricewaterhouse Coopers	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
OHL Group	Espanha	Construção	Privada	Grande	G4	2017	1	Não é providenciado	Deloitte	Specified section(s)	Limited/moderate	Sim	Não	Não	Não
ONCE	Espanha	Serviços Sem Fins Lucrativos	Organização sem fins lucrativos	Grande	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
Parc d'atraccions Tibidabo	Espanha	Turismo e Lazer	Empresa do Estado	Grande	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	Outros	Specified section(s)	Not specified	Não	Não	Não	Não
Plena inclusion Comunidad Valenciana	Espanha	Serviços Sem Fins Lucrativos	Organização sem fins lucrativos	PME	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
Port Authority of Ferrol - San Cibrao	Espanha	Logistica	Pública	PME	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
PortAventura World	Espanha	Turismo e Lazer	Privada	Grande	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	Outros	Specified section(s)	Not specified	Sim	Sim	Não	Não
Porto de Sines	Portugal	Agência Pública	Empresa do Estado	Grande	G4	2016	0								
Portugal Telecom	Portugal	Telecomunicações	Privada	Grande	G4	2016	1	Empresa de Engenharia	SGS	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Sim	Sim	Não	Não
Prisa	Espanha	Media	Privada	Grande	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
PROMOCAIXA	Espanha	Outros	Privada	PME	Citiing	2017	0					Não	Não	Não	Não
Prosegur	Espanha	Outros	Privada	EM	Citiing	2017	0					Não	Não	Não	Não
Radio e Televisao de Portugal, S.A. (RTP)	Portugal	Media	Empresa do Estado	Grande	G4	2015	0								
Realia	Espanha	Imobiliária	Privada	Grande	G4	2017	0								

Red Electrica de España	Espanha	Utilidades de Energia	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
Redyser Transporte	Espanha	Logistica	Privada	PME	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
Renfe	Espanha	Ferrovias	Pública	Grande	G3.1	2016	0								Não
REN - Redes Energéticas Nacionais	Portugal	Utilidades de Energia	Empresa do Estado	Grande	G4	2017	1	Auditor	Deloitte	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
REPARALIA	Espanha	Serviços Sem Fins Lucrativos	Subsidiária	EM	Non-GRI	2017	0					Não	Não	Não	Não
Repsol	Espanha	Energia	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Deloitte	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Sim	Sim	Não	Sim
Resíduos do Nordeste	Portugal	Gestão de desperdícios	Pública	Grande	G4	2016	0								
Sacyr Vallehermoso	Espanha	Construção	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
SANEST	Portugal	Utilidades de Água	Empresa do Estado	PME	G4	2015	1	Auditor	Ernst & Young	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Não	Não	Não
Sanitas	Espanha	Serviços de Saúde	Privada	Grande	G4	2015	1	Auditor	KPMG	Presente em todo o RS	Reasonable/high	Não	Não	Não	Não
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Portugal	Serviços Sem Fins Lucrativos	Organização sem fins lucrativos	Grande	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
Santalucia	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2017	0								
Santander - Spain	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
Santander - totta	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
SARquavitae	Espanha	Serviços de Saúde	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	KPMG	Not specified	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
SegurCaixa Adeslas	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	Non-GRI	2017	0					Não	Não	Não	Não
SegurCaixa Holding	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	Non-GRI	2016	0								
Siemens Gamesa Renewable Energy	Espanha	Energia	Privada	Grande	G4	2016	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Sim
SIGAU	Espanha	Gestão de desperdícios	Privada	PME	G4	2016	1	Auditor	Ernst & Young	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
SIGRE	Espanha	Gestão de desperdícios	Organização sem fins lucrativos	PME	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não
SOMAGUE Engenharia	Portugal	Construção	Privada	Grande	G4	2016	0								
SONAE	Portugal	Conglomerados	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
Sonae Indústria	Portugal	Floresta e produtos de papel	Privada	EM	Non-GRI	2016	0								
Sonae Sierra	Espanha	Imobiliária	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Deloitte	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
SOVENA	Portugal	Agricultura	Privada	EM	G4	2016	0								
Suara Cooperativa	Espanha	Serviços Sem Fins Lucrativos	Cooperativa	Grande	Non-GRI	2017	0					Não	Não	Não	Não
SUEZ (Water Spain)	Espanha	Utilidades de Água	Privada	Grande	G4	2016	1	Auditor	Ernst & Young	Specified section(s)	Reasonable/high	Sim	Sim	Não	Sim
SUMASA	Espanha	Outros	Privada	PME	G4	2017	0					Não	Não	Não	Não

SUMOL+COMPAL	Portugal	Produtos Alimentares e Bebidas	Privada	EM	Non-GRI	2016	0								
TAP Group	Portugal	Aviação	Privada	EM	G4	2016	0								
TECHNICAL UNIVERSITY OF MADRID (UPM)- SCHOOL OF INDUSTRIAL ENGINEERING (ETSII)	Espanha	Universidades	Pública	PME	G4	2016	0								
TÉCNICAS REUNIDAS (TRSA)	Espanha	Construção	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Pricewaterhouse Coopers	Specified section(s)	Limited/moderate	Não	Sim	Não	Não
Telefonica	Espanha	Telecomunicações	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Ernst & Young	Presente em todo o RS	Not specified	Sim	Sim	Não	Não
TERSA	Espanha	Gestão de desperdícios	Empresa do Estado	PME	G4	2017	1	Not provided	Outros	Not specified	Not specified	Não	Não	Não	Não
The Navigator Company	Portugal	Bens de Consumo duradouros	Subsidiária	Grande	Non-GRI	2017	0					Não	Não	Não	Não
TRATOLIXO	Portugal	Gestão de desperdícios	Empresa do Estado	PME	G4	2016	0								
umivale	Espanha	Serviços de Saúde	Organização sem fins lucrativos	PME	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Specified section(s)	Not specified	Não	Não	Não	Não
Unicaja	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	Non-GRI	2017	0					Não	Não	Não	Não
Union de Mutuas	Espanha	Serviços de Saúde	Privada	PME	G4	2017	1	Empresa de consultoria pequena	AENOR	Presente em todo o RS	Reasonable/high	Não	Não	Não	Não
Universidade do Minho	Portugal	Universidades	Pública	Grande	G4	2016	0								
Universidad Internacional de Andalucía (UNIA)	Espanha	Universidades	Pública	Grande	Citiing	2017	0								
University of Cádiz	Espanha	Universidades	Pública	Grande	G4	2015	1	Empresa de Engenharia	Bureau Veritas	Presente em todo o RS	Reasonable/high	Não	Não	Não	Não
University of Cantabria	Espanha	Universidades	Pública	Grande	G4	2015	0								
Univesitat Oberta de Catalunya	Espanha	Universidades	Pública	PME	Non-GRI	2017	0					Não	Não	Não	Não
VEIASA - Verificaciones Industriales de Andalucía, S.A.	Espanha	Automóvel	Privada	Grande	G4	2015	0								
VidaCaixa	Espanha	Serviços Financeiros	Privada	Grande	Non-GRI	2017	1	Auditor	Deloitte	Specified section(s)	Reasonable/high	Sim	Sim	Não	Não
Vodafone Espana	espanha	Telecomunicações	Privada	Grande	G4	2017	1	Auditor	Ernst & Young	Presente em todo o RS	Reasonable/high	Sim	Sim	Não	Não
Vodafone Portugal	Portugal	Telecomunicações	Privada	Grande	G4	2016	1	Auditor	pricewaterhouse Coopers	Presente em todo o RS	Limited/moderate	Sim	Sim	Não	Não

Fonte: Elaboração Própria